



Hórus Investimentos S.A.

Demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2025.

Demonstrações financeiras individuais e consolidadas

31 de dezembro de 2025

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas	1
Demonstrações financeiras individuais e consolidadas	
Balanço patrimonial	4
Demonstração do resultado.....	6
Demonstração do resultado abrangente.....	7
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	8
Demonstração dos fluxos de caixa.....	9
Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas	11



**Shape the future
with confidence**

Centro Empresarial PB 370
Praia de Botafogo, 370
8º ao 10º andar - Botafogo
22250-040 - Rio de Janeiro - RJ - Brasil
Tel: +55 21 3263-7000
ey.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos diretores e acionistas da
Hórus Investimentos S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Hórus Investimentos S.A. (“Companhia”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia em 31 de dezembro de 2025, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria.

Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da diretoria pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.



Shape the future with confidence

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.



**Shape the future
with confidence**

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 27 de abril de 2026.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S. Ltda.
CRC SP-015199/F

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'Roberto Cesar Andrade dos Santos'.

Roberto Cesar Andrade dos Santos
Contador CRC RJ-093771/O


Balço patrimonial
 (Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	5	448	207	225.642	287.322
Depósitos vinculados	6	-	-	28.838	28.139
Contas a receber	7	-	-	33.215	24.587
Despesas antecipadas	8	-	-	5.238	4.399
Impostos a recuperar	9	37	809	6.516	3.685
Adiantamentos		-	-	2.848	2.405
Total do circulante		485	1.016	302.297	350.537
Não circulante					
Realizável a longo prazo					
Depósitos vinculados	6	-	-	45.167	42.931
Impostos a recuperar	9	3.120	2.151	6.812	4.365
Despesas antecipadas	8	-	-	-	-
Contas a receber	7	-	-	-	-
Depósitos judiciais		-	-	2.391	1.879
		3.120	2.151	54.370	49.175
Investimentos	10	1.542.930	640.608	-	-
Imobilizado	11	-	-	1.483.433	1.193.141
Intangível	12	-	-	76.668	119.190
		1.542.930	640.608	1.560.101	1.312.331
Total do não circulante		1.546.050	642.759	1.614.471	1.361.506
Total do Ativo		1.546.535	643.775	1.916.768	1.712.043

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.



Balanço patrimonial
(Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Passivo e patrimônio líquido					
Circulante					
Fornecedores e outras obrigações	13	15	-	23.649	34.424
Empréstimos e financiamentos	14	-	-	-	46.512
Debêntures	15	-	-	3.797	3.634
Passivos de arrendamento	16	-	-	6.280	4.939
Adiantamento de clientes	18	-	-	13.049	7.826
Obrigações fiscais e trabalhistas	17	2	-	27.684	22.382
Provisão de ressarcimento regulatório	19	-	-	60.044	-
Provisões Socioambientais	20	-	-	2.418	-
Total do circulante		17	-	136.921	119.717
Não circulante					
Empréstimos e financiamentos	14	-	-	-	693.849
Debêntures	15	-	-	148.068	145.467
Passivos de arrendamento	16	-	-	41.688	39.630
Provisão de ressarcimento regulatório	19	-	-	-	31.443
Obrigações fiscais e trabalhistas	17	-	-	3.964	4.406
Imposto diferido		-	-	3.006	6.653
Provisões socioambientais	20	-	-	6.358	6.103
Provisão para desmobilização	21	-	-	30.245	21.000
Total do não circulante		-	-	233.329	948.551
Total do passivo		17	-	370.250	1.068.268
Patrimônio líquido					
Capital social	22	2.654.233	1.645.916	2.654.233	1.645.916
Ajuste de avaliação Patrimonial		(689.255)	(689.255)	(689.255)	(689.255)
Prejuízos acumulados		(418.460)	(312.886)	(418.460)	(312.886)
Total do Patrimônio Líquido		1.546.518	643.775	1.546.518	643.775
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		1.546.535	643.775	1.916.768	1.712.043

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.



Hórus Investimentos S.A.

Demonstração do Resultado

Exercício findo em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto prejuízo por ação)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2025	2024	2025	2024
Operações continuadas					
Receita líquida	23	-	-	270.339	250.582
Custos da energia vendida	24	-	-	(107.363)	(101.056)
Lucro bruto		-	-	162.976	149.526
Despesas operacionais					
Gerais e administrativas	26	(65)	(24)	(106.751)	(103.633)
Resultado de equivalência patrimonial	10	(101.667)	(48.739)	-	-
Perda por Impairment de Ativos		-	-	(36.576)	-
Outras receitas operacionais		-	-	34	24
Resultado operacional		(101.732)	(48.763)	19.683	45.917
Receitas financeiras		631	3.097	48.196	34.682
Despesas financeiras		(3.927)	(681)	(153.500)	(112.673)
Resultado financeiro	27	(3.296)	2.416	(105.304)	(77.991)
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social		(105.028)	(46.347)	(85.621)	(32.074)
Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos	28	(546)	-	(19.953)	(14.273)
Imposto de renda e contribuição social correntes		(546)	-	(19.953)	(14.273)
Prejuízo do exercício		(105.574)	(46.347)	(105.574)	(46.347)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.



Demonstração do resultado abrangente

Exercício findo em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Prejuízo do exercício	(105.574)	(46.347)	(105.574)	(46.347)
Outros componentes do resultado abrangente	-	-	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	(105.574)	(46.347)	(105.574)	(46.347)



Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Exercício findo em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais)

	Capital social					Total
	Nota	Capital Subscrito	Capital social a integralizar	Ajuste de avaliação Patrimonial	Prejuízos acumulados	
Em 31 de dezembro de 2023		1.505.911	-	(689.255)	(266.539)	550.117
Aumento de capital	22.3	156.505	-	-	-	156.505
Aumento de capital	22.3	-	(16.500)	-	-	(16.500)
Prejuízo do exercício	22.5	-	-	-	(46.347)	(46.347)
Em 31 de dezembro de 2024		1.662.416	(16.500)	(689.255)	(312.886)	643.775
Aumento de capital	22.3	991.817	-	-	-	991.817
Capital social a integralizar	22.3	-	16.500	-	-	16.500
Prejuízo do exercício	22.5	-	-	-	(105.574)	(105.574)
Em 31 de dezembro de 2025		2.654.233	-	(689.255)	(418.460)	1.546.518

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.



Demonstração dos fluxos de caixa

Exercício findo em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social, incluindo operações descontinuadas	(105.028)	(46.347)	(85.622)	(46.347)
Ajustes para conciliar o resultado ao caixa gerado pelas atividades operacionais:				
Resultado de equivalência patrimonial	101.667	48.739	-	-
Juros provisionados - empréstimos e financiamentos	-	-	77.384	69.837
Juros provisionados - debêntures	-	-	18.869	19.186
Amortização dos custos de transação empréstimos, financiamentos e debêntures	-	-	19.788	1.848
Juros arrendamento	-	-	3.674	3.233
Depreciação e amortização	-	-	52.293	52.086
Contas a receber regulatório	-	-	-	888
Baixa de imobilizado	-	-	146	175
Baixa do custo de transação	-	-	-	3.900
Provisão de ressarcimento regulatório	-	-	28.601	31.443
Venda de energia	-	-	-	(11.718)
Atualização financeira desmobilização (AVP)	-	-	6.302	2.614
Provisão para contingências	-	-	-	(133)
Perda por Impairment de Ativos	-	-	40.222	-
Outros	-	-	-	39
Variação dos ativos e passivos operacionais				
Contas a receber	-	-	(8.628)	10.444
Impostos a recuperar	(197)	(749)	(5.278)	(1.798)
Adiantamentos	-	-	(443)	(1.794)
Despesas antecipadas	-	-	(839)	(1.389)
Depósitos vinculados - operacional	-	-	(699)	6.153
Depósitos judiciais	-	-	(512)	(1.755)
Fornecedores e outras obrigações	15	(53)	26.417	(3.196)
Obrigações fiscais e trabalhistas	(544)	(28)	(1.184)	6.183
Adiantamento de clientes	-	-	5.223	7.826
Provisão para ressarcimento regulatório	-	-	-	(2.787)
Tributos diferidos	-	-	(3.647)	6.653
Provisões para desmobilização e socioambientais	-	-	3.270	(766)
Caixa gerado pelas (aplicado nas) operações	(4.087)	1.562	175.289	150.825
Imposto de renda e contribuição social pagos	-	-	(13.909)	(11.650)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais	(4.087)	1.562	161.380	139.175

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.



Demonstração dos fluxos de caixa

Exercício findo em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais)

Fluxo de caixa das atividades de investimento				
Aquisição de imobilizado	-	-	(354.098)	(85.624)
Aquisição de intangível	-	-	(852)	(32.592)
Depósitos vinculados	-	-	(2.236)	(8.388)
Aumento de capital em controladas	(1.003.989)	(210.631)	-	-
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimento	(1.003.989)	(210.631)	(357.138)	(126.604)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
Aumento de capital	1.008.317	140.005	1.008.317	140.005
Liquidação de empréstimos e financiamentos (principal e juros)	-	-	(837.533)	(107.628)
Tarifa sobre financiamento	-	-	(14.555)	-
Liquidação de debêntures (principal e juros)	-	-	(16.105)	(15.630)
Arrendamentos	-	-	(6.046)	(5.787)
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	1.008.317	140.005	134.078	10.960
Aumento) líquido do saldo de caixa e equivalentes de caixa	241	(69.064)	(61.680)	23.531
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	207	69.271	287.322	263.792
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício/período	448	207	225.642	287.323
Aumento líquido do saldo de caixa e equivalentes de caixa	241	(69.064)	(61.680)	23.531

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.



Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

1.1. Objeto social

A Hórus Investimentos S.A. (“Hórus” ou “Companhia”) é uma sociedade por ações de capital fechado, constituída no Brasil em 12 de agosto de 2022 e registrada na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro em 18 de agosto de 2022, como Rio Energy Investimentos S.A, tendo sua denominação alterada para Hórus Investimentos S.A em 16 de novembro de 2022. Tem como objeto a participação em outras sociedades na área de geração, comercialização, desenvolvimento de projetos e prestação de consultoria na área de energia elétrica, como sócia, acionista ou quotista, no Brasil ou no exterior, a exploração de empreendimentos de geração de energia elétrica, incluindo atividades de projeto, engenharia, licenciamento, financiamento, aquisição, operação e manutenção de ativos de geração e potenciais de geração de energia elétrica e o exercício de outras atividades acessórias necessárias ao cumprimento do objeto social da Companhia, incluindo as demais atividades razoavelmente esperadas de uma empresa holding, como, negociar e obter financiamentos, contratar serviços de terceiros no interesse do grupo econômico da Companhia e prestar garantas para sociedades do grupo econômico da Companhia.

A Hórus Investimentos S.A. e suas controladas diretas e indiretas (“Grupo”) é uma plataforma integrada de geração de energia renovável e tem como objeto social, desenvolvimento, construção, exploração, comercialização, participação e operação de ativos de geração de energia elétrica no Brasil.

1.2. Principais eventos ocorridos em 2025

Fim da fase de implantação e início das operações comerciais

Em julho de 2025, foi concluída implantação do projeto SdB Solar, encerrando a fase de construção, a qual deu-se início em setembro de 2024. O empreendimento se manteve em fase pré-operacional até a entrada em operação comercial.

Em 03 de dezembro de 2025, a operação comercial (Data de Operação Comercial – COD) do parque foi aprovada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), autorizando o início das suas atividades de comercialização da energia gerada. Uma vez operacional, a produção de energia elétrica do projeto está sendo comercializada no Ambiente de Contratação Livre - ACL.

Liquidação do financiamento

Em 22 de dezembro de 2025, por decisão do acionista, o Projeto SdB Eólico, procedeu à liquidação antecipada total do financiamento de longo prazo contratado junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). A operação envolveu a amortização integral do saldo devedor do contrato de financiamento; e o pagamento de compensação financeira ao BNDES, decorrente da liquidação antecipada.



Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
em 31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Impairment

Em 2025, a administração da Companhia avaliou a recuperabilidade dos projetos Greenfields, bem como a expectativa de curto prazo para o desenvolvimento dos mesmos. Após essa avaliação, a Companhia realizou baixas relacionados a impairment (Vide – nota 25) no grupo do intangível (Vide – nota 12).

1.3. Projetos de geração de energia eólica

Em 31 de dezembro de 2025, o Grupo possui um ativo de geração de energia eólica em operação, com capacidade total instalada para geração de 223,250MW*.

Em 31 de dezembro de 2025, o Grupo possui os seguintes contratos de venda de energia de longo prazo no ambiente regulado e respectivas autorizações outorgadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) para exploração de geração de energia eólica:

Companhias	Contrato / Leilão	Data da publicação da portaria MME	Prazo de autorização	Quantidade de aero-geradores	Capacidade Instalada (MW*)	Energia vendida (MW médio*)
Eólica Serra da Babilônia II	LER 09/2015	09/05/2016	35 anos	12	28,20	16,100
Eólica Serra da Babilônia VI	LER 09/2015	25/05/2016	35 anos	11	25,85	13,200
Eólica Serra da Babilônia VII	LER 09/2015	25/05/2016	35 anos	12	28,20	14,400
Eólica Serra da Babilônia VIII	LER 09/2015	31/05/2016	35 anos	12	28,20	14,100
Eólica Serra da Babilônia IX	LER 09/2015	11/05/2016	35 anos	12	28,20	13,200
Eólica Serra da Babilônia X	LER 09/2015	31/05/2016	35 anos	12	28,20	14,100
Eólica Serra da Babilônia XI	LER 09/2015	25/05/2016	35 anos	12	28,20	15,500
Eólica Serra da Babilônia XII	LER 09/2015	31/05/2016	35 anos	12	28,20	15,800

*Não auditado pelos auditores independentes

Em 31 de dezembro de 2025, o Grupo não possui nenhum projeto eólico na modalidade de comercialização de venda de energia no ambiente livre.

1.3.1 Projetos de geração de energia fotovoltaica

Em 31 de dezembro de 2025, o Grupo possui entre ativos de geração de energia fotovoltaica em construção, capacidade total instalada para geração de 123,000MW*, localizados no Estado da Bahia. Além disso, a Rio Energy possui 526,76MWp* de projetos solares contratados em pré-construção (projetos em desenvolvimento).

**Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Em 31 de dezembro de 2025, o Grupo não possui nenhum projeto solar na modalidade de comercialização de venda de energia no ambiente regulado.

Em 31 de dezembro de 2025, o Grupo possui os seguintes projetos solares na modalidade de comercialização de venda de energia no ambiente livre:

*Não revisado pelos auditores independentes

Companhias	Contrato/ Autorização	Data da publicação da REA/ANEEL	Prazo de autorização	Capacidade Instalada (MW*)
Solar São Conrado IV	REA 12941/2022	21/10/2022	35 anos	33,000
Solar São Conrado V	REA 12942/2022	21/10/2022	35 anos	33,000
Solar São Conrado VI	REA 12943/2022	21/10/2022	35 anos	33,000
Solar São Conrado VII	REA 12944/2022	21/10/2022	35 anos	24,000

1.3.2 Projetos em desenvolvimento

O Grupo analisa projetos com potencial de geração de energia solar e eólica, bem como parcerias que venham acelerar o desenvolvimento dessas fontes de energia, em linha com a transição energética que se configura em esfera mundial. O portfólio em desenvolvimento tem previsão de capacidade instalada adicional de aproximadamente 690,460MW*.

*Não revisado pelos auditores independentes

1.4. Controladores da Hórus Investimentos S.A.

Até 3 de novembro de 2023 a Companhia era controlada pelo Rio Energy Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia (“FIP I”) e pelo Rio Energy Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia II (“FIP II”) tendo como controlador final, fundos de investimento geridos pela Denham Capital Management LP. O FIP I e o FIP II são fundos constituídos sob a forma de condomínio fechado, e qualificados pelo Administrador dos Fundos como Entidade de Investimento, conforme determina a Instrução CVM 579/16. A gestão da carteira dos Fundos compete à Apex Group Ltd.

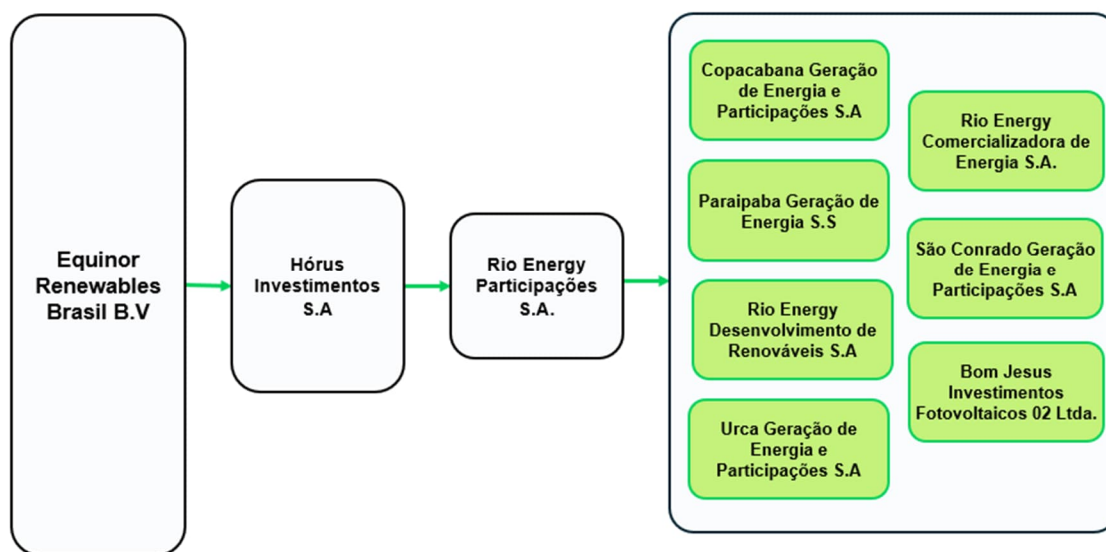
Em 20 de julho de 2023, o FIP I e o FIP II, acionistas da Hórus Investimentos S.A, assinaram um acordo de venda com a Equinor Renewables Brazil B.V, com sede em Roterdam, Países Baixos, incluindo a Companhia e suas controladas.

Em 3 de novembro de 2023, após todas as aprovações regulatórias e de credores necessárias, os fundos “FIP I” e “FIP II” venderam a totalidade das ações da Hórus Investimentos S.A. para a Equinor Renewables Brazil B.V. . A Equinor Renewables Brazil B.V é controlada pela Equinor ASA Norway.



Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Abaixo atual estrutura da Companhia, incluindo as empresas do Consolidado:



2. Consolidado

2.1. Demonstrações Consolidadas

Essas demonstrações financeiras consolidadas, em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, contemplam as seguintes controladas direta e indiretas:

Controlada direta	Controladas indiretas	%Participação	
		31/12/2025	31/12/2024
Rio Energy Participações de Energia S.A.	Copacabana Geração de Energia e Participações S.A	100%	100%
	São Conrado Geração de Energia e Participações S.A.	100%	100%
	Paraipaba Geração de Energia S.A	100%	100%
	Rio Energy Comercializadora de Energia S.A.	100%	100%
	Rio Energy Desenvolvimento de Renováveis S.A.	100%	100%
	Urca Geração de Energia e Participações S.A.	100%	100%
	Bom Jesus Investimentos Fotovoltaicos 02 Ltda	100%	100%
	Solar Luzeiro X S.A	100%	100%
	Solar Luzeiro XI S.A	100%	100%
	Solar Luzeiro XI S.A	100%	100%
	Solar Luzeiro XIII S.A	100%	100%
	Solar Luzeiro XIV S.A	100%	100%
	Solar Luzeiro XV S.A	100%	100%
	Solar Luzeiro XVI S.A	100%	100%
Solar Luzeiro XVIII S.A	100%	100%	

**Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Rio Energy Participações S.A. atua como uma holding das controladas que representam uma plataforma integrada de geração de energia renovável e tem como objeto social, o desenvolvimento, a construção, a exploração, a comercialização, a participação em e a operação de ativos de geração de energia elétrica no Brasil. Os detalhes das suas controladas estão resumidos a seguir.

a) Copacabana Geração de Energia e Participações S.A.

A Copacabana Geração de Energia e Participações S.A. (“Copacabana”) é uma Sociedade por ações de capital fechado, constituída em 20 de agosto de 2015 e registrada na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro em 21 de setembro de 2015 e iniciou suas atividades como uma sociedade holding de projetos eólicos. Em fevereiro de 2016, passou a exercer o controle do Complexo Eólico Serra da Babilônia (conjuntamente, o “Grupo Copacabana”) composto por 8 (oito) parques eólicos com capacidade instalada total de 223,25* MW, localizados quase em sua totalidade no município de Morro do Chapéu, no Estado da Bahia.

Os projetos da Copacabana sagraram-se vencedores no âmbito do 8º Leilão de energia de reserva (2º LER de 2015) Edital nº 09/2015 promovido pela ANEEL. A contratação da energia de reserva foi criada para elevar a segurança no fornecimento de energia elétrica no Sistema Interligado Nacional (SIN), com energia proveniente de usinas especialmente contratadas para esta finalidade seja de novos empreendimentos de geração ou de empreendimentos existentes. Tendo comercializado 116,10 MW* médio ao preço médio de R\$ 206,48 MWh*, a energia elétrica negociada neste leilão será objeto de Contratos de Energia de Reserva (CER) na modalidade “quantidade de energia”, com prazo de suprimento de 20 (vinte) anos.

b) São Conrado Geração de Energia e Participações S.A.

A São Conrado Geração de Energia e Participações S.A. (“Companhia”), localizada na rua Jardim Botânico nº 518, sala 501, Jardim Botânico, CEP 22.461-000, na cidade e Estado do Rio de Janeiro, é uma sociedade por ações, constituída em 2 de outubro de 2018, regida pelo seu Estatuto Social e pela Lei nº 6.404/76.

A Companhia faz parte do Grupo Rio Energy, uma plataforma de investimento fundada em 2012, com foco no desenvolvimento, construção e operação de ativos de geração de energia renovável no Brasil. Seu objeto é a exploração e ou participação do ramo de geração de energia elétrica de projetos de energia renovável.

A São Conrado Geração de Energia e Participações S.A. investe na implantação dos projetos solares híbridos associados denominados Solar Caetitê 1, 2 e 3 (75,82MWp) e SdB Solar I, II, III e IV (131,04 MWp), totalizando 206,86 MWp de potência em fase pré-operacional.

**Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os projetos híbridos associados são resultantes da combinação de novos projetos solares fotovoltaicos com os projetos eólicos existentes de Caetité (54,40 MW), Caetité Norte (193,20 MWp), Serra da Babilônia Fase 1 (223,25 MW) e Serra da Babilônia Fase 3 (153,00 MW). O projeto de São Conrado é composto por um sistema de geração solar fotovoltaica, redes de média tensão e sistema de medição e faturamento individuais, que compartilharão física e contratualmente a infraestrutura elétrica e de conexão, e o uso da rede linha de transmissão das eólicas existentes, conforme estabelecido na Resolução Normativa 954/2021 da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.

Em 03 de dezembro de 2025 a Companhia e suas controladas Solar São Conrado IV, V, VI e VII, correspondente ao projeto SdB Solar, iniciaram as operações de comercialização de energia. A comercialização da energia gerada é feita no âmbito do Ambiente de Contratação Livre (“ACL”).

c) Paraipaba Geração de Energia S.A.

A Paraipaba Geração de Energia S.A. (“Paraipaba”) é uma sociedade por ações de capital fechado, constituída no Brasil em 1º de março de 2011 e registrada na Junta Comercial do Estado do Ceará em 6 de junho de 2011.

A Paraipaba faz parte do Grupo Rio Energy, que tem sua sede na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Jardim Botânico 518, sala 501, fundado em 2012, uma plataforma integrada de geração de energia renovável que tem como objeto social, desenvolvimento, construção, exploração, comercialização, participação e operação de ativos de geração de energia elétrica no Brasil ou no exterior.

Em 22 de abril de 2020 foram constituídas as seguintes controladas: Eólica Paraipaba I S.A., Eólica Paraipaba II S.A., Eólica Paraipaba III S.A. e Eólica Paraipaba IV S.A. As controladas são sociedades de propósito específico, cujo objeto social é a exploração do ramo de geração de energia como produtora independente, especificamente mediante a concepção, desenvolvimento, implantação, operação, administração dos projetos localizados no município de Paraipaba, Estado do Ceará.

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Paraipaba se manteve em fase pré-operacional e as demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto de continuidade normal de suas atividades. A Administração da Paraipaba entende que não há risco de continuidade da operação, pois os investimentos necessários ao projeto serão suportados por aportes dos acionistas controladores ou financiamentos obtidos junto a instituições do mercado.

**Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

d) Rio Energy Comercializadora de Energia S.A.

A Rio Energy Comercializadora de Energia S.A. (“Companhia” ou “Rio Energy Comercializadora”) é uma sociedade por ações de capital fechado, constituída no Brasil em 23 de agosto de 2012 e registrada na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro em 30 de agosto de 2012 e tem por objetivo viabilizar a oferta de energia em fluxo constante para os clientes do Grupo Rio Energy, centralizando contratos bilaterais de venda de energia do Grupo. Como seu objetivo é a gestão do portfólio de energia do Grupo, considerando que os contratos firmados geralmente são de longo prazo e pressupõem que o comprador fará uso final da energia (usuário final), suas operações podem ser classificadas na categoria Wholesale – Portfólio de Atacado. A Rio Energy Comercializadora não tem por modelo de negócios atual obter ganhos com a variação de preço da energia - realização de trading.

A Rio Energy Comercializadora obteve registro junto a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) para se tornar agente em 13 de abril de 2021, na reunião do CAD nº 1189, autorizando início de operação a partir de 01 de abril de 2021. Em 27 de abril de 2021, com base na Assembleia Geral Extraordinária, ocorreu a alteração da denominação social da Companhia de Rio Energy Projetos de Energia S.A para Rio Energy Comercializadora de Energia S.A.

Em 2025, a Companhia, em conjunto com seu acionista majoritário, avançou na implementação do novo modelo operacional de comercialização, estruturado para coordenar de forma integrada a venda da energia produzida pelas usinas do grupo no Ambiente de Contratação Livre (“ACL”).

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia mantinha contratos bilaterais de venda de energia que totalizavam 190,32 GWh, com vencimentos até 2027.

e) Rio Energy Desenvolvimento de Renováveis S.A.

A Rio Energy Desenvolvimento de Renováveis S.A. (“REDR”) é uma sociedade por ações regida pelo Estatuto Social, Lei nº 6.404/76, e constituída no Brasil em 19 de abril de 2013 e registrada, em 14 de maio de 2013, na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro. A REDR tem por objeto social a identificação, aquisição e/ou desenvolvimento de empreendimentos no setor elétrico e/ou negócios correlatos, bem como a participação em sociedades detentoras de (ou constituídas com o propósito de administrar) empreendimentos e/ou negócios correlatos do setor elétrico, ou a participação no capital de outras sociedades empresárias ou não empresárias, como sócia, acionista ou quotista, no Brasil.

Em 31 de dezembro de 2025, a REDR se manteve em fase pré-operacional e as demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto de continuidade normal de suas atividades. A Administração da REDR entende que não há risco de continuidade da operação, pois os investimentos necessários ao projeto serão suportados por aportes dos acionistas controladores ou financiamentos obtidos junto a instituições do mercado.

**Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

f) Urca Geração de Energia e Participações S.A.

A Urca Geração de energia e Participações S.A. (“Companhia”), localizada na rua Jardim Botânico nº 518, sala 501, Rio de Janeiro, CEP 22.461-000, Estado do Rio de Janeiro, é uma sociedade por ações regida pelo Estatuto Social, e pela Lei nº 6.404/76, constituída em 17 de julho de 2019 e registrada na Junta Comercial do Estado do Mato Grosso em 7 de julho de 2019.

A Companhia faz parte do Grupo Rio Energy (“Grupo”), uma plataforma de investimento fundada em 2012, com foco no desenvolvimento, construção e operação de ativos de geração de energia renovável no Brasil. Seu objeto social é a exploração e participação do ramo de geração de energia elétrica de projetos de energia renovável.

Em 4 de janeiro de 2022 foi aprovada a constituição das controladas Solar Luzeiro I S.A, Solar Luzeiro II S.A, Solar Luzeiro III S.A, Solar Luzeiro IV S.A, Solar Luzeiro V S.A, Solar Luzeiro VI S.A e Solar Luzeiro VII S.A. As controladas são sociedades de propósito específico, cujo objeto social é a exploração do ramo de geração de energia solar como produtoras independentes, especificamente mediante a concepção, desenvolvimento, implantação, operação e administração dos projetos localizados na Bahia.

Através de suas controladas, o Grupo detém projetos de geração de energia fotovoltaica, com capacidade instalada prevista de 174,8 MWp*, com área total de 297,35 ha, localizado na cidade de Bom Jesus da Lapa, no Estado da Bahia, Brasil. O complexo fotovoltaico é composto por 6 empreendimentos, divididos entre três imóveis arrendados todos devidamente registrados, que tem por objetivo a produção de energia elétrica para comercialização no Ambiente de Contratação Regulado - ACR ou Ambiente de Contratação Livre - ACL.

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia e suas controladas encontram-se em fase pré-operacional e as demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto de continuidade normal de suas atividades. A Administração da Companhia entende que não há risco de continuidade da operação, pois os investimentos necessários ao projeto serão suportados por aportes dos acionistas.

g) Bom Jesus Investimentos Fotovoltaicos 02 Ltda

A Bom Jesus Investimentos Fotovoltaicos 02 Ltda (Bom Jesus ou Empresa) é uma sociedade limitada constituída no Brasil em 23 de março de 2022.

Em 26 de junho de 2024, a Rio Energy Participações S.A., controladora da Companhia, celebrou contrato de compra e venda de ações e outras avenças com os vendedores RZM Investimentos e Participações S.A., Fernando Esteves de Meneses e Mauro Cavalcanti de Albuquerque, pelo qual adquiriu a totalidade das ações representativas do capital social da Bom Jesus.

**Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Empresa tem por objeto social o desenvolvimento, implantação, exploração, geração, operação, comercialização de energia elétrica e distribuição de energia fotovoltaica, podendo para a consecução de seus interesses estudar e desenvolver projetos de geração de energia, requerer e registrar projetos perante a agência nacional de energia elétrica ANEEL, participar em licitações junto ao poder concedente, formar consórcios com consumidores de energia e/ou investidores ou instituições financeiras e/ou concessionárias, elaborar projetos, captar recursos para financiamento dos projetos e obras afins.

A Empresa é proprietária de projetos de geração de energia fotovoltaica, com capacidade instalada total estimada de 225 MWp*, podendo chegar a 280 MWp*, localizado na cidade de Bom Jesus da Lapa, no Estado da Bahia, Brasil. O complexo fotovoltaico é composto por 9 empreendimentos, que tem por objetivo a produção de energia elétrica para comercialização no Ambiente de Contratação Regulado - ACR ou Ambiente de Contratação Livre - ACL.

Em 31 de dezembro de 2025, a Empresa se manteve em fase pré-operacional e as demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto de continuidade normal de suas atividades. A Administração da Empresa entende que não há risco de continuidade da operação, pois os investimentos necessários ao projeto serão suportados por aportes dos acionistas controladores.

h) Solar Luzeiro X S.A

A Solar Luzeiro X S.A (companhia), é uma sociedade por ações regida pelo Estatuto Social, e pela Lei nº 6.404/76, constituída em 01 de setembro de 2024 e registrada na Junta Comercial do Estado da Bahia em 6 de novembro de 2024.

A Companhia tem por objeto social o desenvolvimento, implantação, exploração, geração, operação, comercialização de energia elétrica e distribuição de energia fotovoltaica, podendo para a consecução de seus interesses estudar e desenvolver projetos de geração de energia, requerer e registrar projetos perante a agência nacional de energia elétrica ANEEL, participar em licitações junto ao poder concedente, formar consórcios com consumidores de energia e/ou investidores ou instituições financeiras e/ou concessionárias, elaborar projetos, captar recursos para financiamento dos projetos e obras afins.

A Companhia é proprietária de projetos de geração de energia fotovoltaica, com capacidade instalada total estimada de 30 MWp*, localizado na cidade de Bom Jesus da Lapa, no Estado da Bahia, Brasil. O complexo fotovoltaico é composto por 9 empreendimentos, que tem por objetivo a produção de energia elétrica para comercialização no Ambiente de Contratação Regulado - ACR ou Ambiente de Contratação Livre - ACL.

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia se manteve em fase pré-operacional e as demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto de continuidade normal de suas atividades. A Administração da Companhia entende que não há risco de continuidade da operação, pois os investimentos necessários ao projeto serão suportados por aportes dos acionistas controladores.

**Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

i) Solar Luzeiro XI S.A

A Solar Luzeiro XI S.A (companhia), é uma sociedade por ações regida pelo Estatuto Social, e pela Lei nº 6.404/76, constituída em 01 de setembro de 2024 e registrada na Junta Comercial do Estado da Bahia em 6 de novembro de 2024.

A Companhia tem por objeto social o desenvolvimento, implantação, exploração, geração, operação, comercialização de energia elétrica e distribuição de energia fotovoltaica, podendo para a consecução de seus interesses estudar e desenvolver projetos de geração de energia, requerer e registrar projetos perante a agência nacional de energia elétrica ANEEL, participar em licitações junto ao poder concedente, formar consórcios com consumidores de energia e/ou investidores ou instituições financeiras e/ou concessionárias, elaborar projetos, captar recursos para financiamento dos projetos e obras afins.

A Companhia é proprietária de projetos de geração de energia fotovoltaica, com capacidade instalada total estimada de 30 MWp*, localizado na cidade de Bom Jesus da Lapa, no Estado da Bahia, Brasil. O complexo fotovoltaico é composto por 9 empreendimentos, que tem por objetivo a produção de energia elétrica para comercialização no Ambiente de Contratação Regulado - ACR ou Ambiente de Contratação Livre - ACL.

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia se manteve em fase pré-operacional e as demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto de continuidade normal de suas atividades. A Administração da Companhia entende que não há risco de continuidade da operação, pois os investimentos necessários ao projeto serão suportados por aportes dos acionistas controladores.

j) Solar Luzeiro XII S.A

A Solar Luzeiro XII S.A (companhia), é uma sociedade por ações regida pelo Estatuto Social, e pela Lei nº 6.404/76, constituída em 01 de setembro de 2024 e registrada na Junta Comercial do Estado da Bahia em 6 de novembro de 2024.

A Companhia tem por objeto social o desenvolvimento, implantação, exploração, geração, operação, comercialização de energia elétrica e distribuição de energia fotovoltaica, podendo para a consecução de seus interesses estudar e desenvolver projetos de geração de energia, requerer e registrar projetos perante a agência nacional de energia elétrica ANEEL, participar em licitações junto ao poder concedente, formar consórcios com consumidores de energia e/ou investidores ou instituições financeiras e/ou concessionárias, elaborar projetos, captar recursos para financiamento dos projetos e obras afins.

A Companhia é proprietária de projetos de geração de energia fotovoltaica, com capacidade instalada total estimada de 30 MWp*, localizado na cidade de Bom Jesus da Lapa, no Estado da Bahia, Brasil. O complexo fotovoltaico é composto por 9 empreendimentos, que tem por objetivo a produção de energia elétrica para comercialização no Ambiente de Contratação Regulado - ACR ou Ambiente de Contratação Livre - ACL.

**Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia se manteve em fase pré-operacional e as demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto de continuidade normal de suas atividades. A Administração da Companhia entende que não há risco de continuidade da operação, pois os investimentos necessários ao projeto serão suportados por aportes dos acionistas controladores.

k) Solar Luzeiro XIII S.A

A Solar Luzeiro XIII S.A (companhia), é uma sociedade por ações regida pelo Estatuto Social, e pela Lei nº 6.404/76, constituída em 01 de setembro de 2024 e registrada na Junta Comercial do Estado da Bahia em 6 de novembro de 2024.

A Companhia tem por objeto social o desenvolvimento, implantação, exploração, geração, operação, comercialização de energia elétrica e distribuição de energia fotovoltaica, podendo para a consecução de seus interesses estudar e desenvolver projetos de geração de energia, requerer e registrar projetos perante a agência nacional de energia elétrica ANEEL, participar em licitações junto ao poder concedente, formar consórcios com consumidores de energia e/ou investidores ou instituições financeiras e/ou concessionárias, elaborar projetos, captar recursos para financiamento dos projetos e obras afins.

A Companhia é proprietária de projetos de geração de energia fotovoltaica, com capacidade instalada total estimada de 30 MWp*, localizado na cidade de Bom Jesus da Lapa, no Estado da Bahia, Brasil. O complexo fotovoltaico é composto por 9 empreendimentos, que tem por objetivo a produção de energia elétrica para comercialização no Ambiente de Contratação Regulado - ACR ou Ambiente de Contratação Livre - ACL.

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia se manteve em fase pré-operacional e as demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto de continuidade normal de suas atividades. A Administração da Companhia entende que não há risco de continuidade da operação, pois os investimentos necessários ao projeto serão suportados por aportes dos acionistas controladores.

l) Solar Luzeiro XIV S.A

A Solar Luzeiro XIV S.A (companhia), é uma sociedade por ações regida pelo Estatuto Social, e pela Lei nº 6.404/76, constituída em 01 de setembro de 2024 e registrada na Junta Comercial do Estado da Bahia em 6 de novembro de 2024.

A Companhia tem por objeto social o desenvolvimento, implantação, exploração, geração, operação, comercialização de energia elétrica e distribuição de energia fotovoltaica, podendo para a consecução de seus interesses estudar e desenvolver projetos de geração de energia, requerer e registrar projetos perante a agência nacional de energia elétrica ANEEL, participar em licitações junto ao poder concedente, formar consórcios com consumidores de energia e/ou investidores ou instituições financeiras e/ou concessionárias, elaborar projetos, captar recursos para financiamento dos projetos e obras afins.

**Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Companhia é proprietária de projetos de geração de energia fotovoltaica, com capacidade instalada total estimada de 17 MWp*, localizado na cidade de Bom Jesus da Lapa, no Estado da Bahia, Brasil. O complexo fotovoltaico é composto por 9 empreendimentos, que tem por objetivo a produção de energia elétrica para comercialização no Ambiente de Contratação Regulado - ACR ou Ambiente de Contratação Livre - ACL.

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia se manteve em fase pré-operacional e as demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto de continuidade normal de suas atividades. A Administração da Companhia entende que não há risco de continuidade da operação, pois os investimentos necessários ao projeto serão suportados por aportes dos acionistas controladores.

m) Solar Luzeiro XV S.A

A Solar Luzeiro XV S.A (companhia), é uma sociedade por ações regida pelo Estatuto Social, e pela Lei nº 6.404/76, constituída em 01 de setembro de 2024 e registrada na Junta Comercial do Estado da Bahia em 6 de novembro de 2024.

A Companhia tem por objeto social o desenvolvimento, implantação, exploração, geração, operação, comercialização de energia elétrica e distribuição de energia fotovoltaica, podendo para a consecução de seus interesses estudar e desenvolver projetos de geração de energia, requerer e registrar projetos perante a agência nacional de energia elétrica ANEEL, participar em licitações junto ao poder concedente, formar consórcios com consumidores de energia e/ou investidores ou instituições financeiras e/ou concessionárias, elaborar projetos, captar recursos para financiamento dos projetos e obras afins.

A Companhia é proprietária de projetos de geração de energia fotovoltaica, com capacidade instalada total estimada de 30 MWp*, localizado na cidade de Bom Jesus da Lapa, no Estado da Bahia, Brasil. O complexo fotovoltaico é composto por 9 empreendimentos, que tem por objetivo a produção de energia elétrica para comercialização no Ambiente de Contratação Regulado - ACR ou Ambiente de Contratação Livre - ACL.

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia se manteve em fase pré-operacional e as demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto de continuidade normal de suas atividades. A Administração da Companhia entende que não há risco de continuidade da operação, pois os investimentos necessários ao projeto serão suportados por aportes dos acionistas controladores.

n) Solar Luzeiro XVI S.A

A Solar Luzeiro XVI S.A (companhia), é uma sociedade por ações regida pelo Estatuto Social, e pela Lei nº 6.404/76, constituída em 01 de setembro de 2024 e registrada na Junta Comercial do Estado da Bahia em 6 de novembro de 2024.

**Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Companhia tem por objeto social o desenvolvimento, implantação, exploração, geração, operação, comercialização de energia elétrica e distribuição de energia fotovoltaica, podendo para a consecução de seus interesses estudar e desenvolver projetos de geração de energia, requerer e registrar projetos perante a agência nacional de energia elétrica ANEEL, participar em licitações junto ao poder concedente, formar consórcios com consumidores de energia e/ou investidores ou instituições financeiras e/ou concessionárias, elaborar projetos, captar recursos para financiamento dos projetos e obras afins.

A Companhia é proprietária de projetos de geração de energia fotovoltaica, com capacidade instalada total estimada de 30 MWp*, localizado na cidade de Bom Jesus da Lapa, no Estado da Bahia, Brasil. O complexo fotovoltaico é composto por 9 empreendimentos, que tem por objetivo a produção de energia elétrica para comercialização no Ambiente de Contratação Regulado - ACR ou Ambiente de Contratação Livre - ACL.

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia se manteve em fase pré-operacional e as demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto de continuidade normal de suas atividades. A Administração da Companhia entende que não há risco de continuidade da operação, pois os investimentos necessários ao projeto serão suportados por aportes dos acionistas controladores.

o) Solar Luzeiro XVIII S.A

A Solar Luzeiro XVIII S.A (companhia), é uma sociedade por ações regida pelo Estatuto Social, e pela Lei nº 6.404/76, constituída em 01 de setembro de 2024 e registrada na Junta Comercial do Estado da Bahia em 6 de novembro de 2024.

A Companhia tem por objeto social o desenvolvimento, implantação, exploração, geração, operação, comercialização de energia elétrica e distribuição de energia fotovoltaica, podendo para a consecução de seus interesses estudar e desenvolver projetos de geração de energia, requerer e registrar projetos perante a agência nacional de energia elétrica ANEEL, participar em licitações junto ao poder concedente, formar consórcios com consumidores de energia e/ou investidores ou instituições financeiras e/ou concessionárias, elaborar projetos, captar recursos para financiamento dos projetos e obras afins.

A Companhia é proprietária de projetos de geração de energia fotovoltaica, com capacidade instalada total estimada de 17 MWp*, localizado na cidade de Bom Jesus da Lapa, no Estado da Bahia, Brasil. O complexo fotovoltaico é composto por 9 empreendimentos, que tem por objetivo a produção de energia elétrica para comercialização no Ambiente de Contratação Regulado - ACR ou Ambiente de Contratação Livre - ACL.

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia se manteve em fase pré-operacional e as demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto de continuidade normal de suas atividades. A Administração da Companhia entende que não há risco de continuidade da operação, pois os investimentos necessários ao projeto serão suportados por aportes dos acionistas controladores.

*Não auditado pelos auditores independentes.



Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

3.1. Base de preparação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC") e, quando aplicáveis, as regulamentações do órgão regulador, a Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL").

Essas demonstrações financeiras evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelo seu valor justo, quando requerido nas normas.

Ativos e passivos são classificados conforme seu grau de liquidez e exigibilidade e são classificados como circulantes quando for provável que sua realização ou liquidação ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

Todas as informações relevantes às demonstrações financeiras consolidadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração em sua gestão das atividades da Companhia e suas controladas, conforme Orientação Técnica OCPC07.

Em 27 de abril 2026, a Administração da Companhia autorizou a conclusão e divulgação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas referente ao exercício de 2025.

3.2. Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico, no qual a Companhia atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia estão apresentadas em R\$, que é a moeda funcional e de apresentação do Grupo.

3.3. Uso de estimativas e julgamentos críticos

Na elaboração das demonstrações financeiras, é necessário que a administração se baseie em estimativas e julgamentos para efetuar o registro de certas transações que afetam seus ativos, passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações em suas demonstrações financeiras.

**Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Para apurar essas estimativas e as respectivas premissas, os diretores da Companhia utilizam as melhores informações disponíveis na data do balanço, revisam continuamente as estimativas e possuem experiência de eventos passados e/ou correntes, considerando ainda pressupostos relativos a eventos futuros considerados razoáveis para as circunstâncias.

Os ajustes oriundos destas revisões são reconhecidos no exercício em que as estimativas são revisadas e aplicadas de maneira prospectiva.

A Companhia entende que as estimativas e premissas contábeis críticas contemplam o rol abaixo relacionado:

Estimativas e julgamentos significativos	Nota
Vida útil e análise dos valores residual e recuperável (" <i>impairment</i> ") do imobilizado e intangível	11 e 12
Arrendamentos: Determinação do prazo de arrendamento e da taxa de desconto	16
Provisão de ressarcimento regulatório	19
Provisões socioambientais	20
Provisões para desmobilização	21
Valor justo dos instrumentos financeiros	29
Provisão para contingências	30

3.4. Mensuração do valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou passivo, a Companhia usa dados verificados do mercado. Informações sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas na nota explicativa nº 30 - instrumentos financeiros, gestão de riscos e valores justos.

3.5. Consolidação e investimentos

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as operações financeiras da Companhia e de suas controladas (o "Grupo"). A Companhia controla uma entidade quando está exposta ou tem direito a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a entidade e tem a capacidade de interferir nesses retornos devido ao poder que exerce sobre a entidade. A existência e os efeitos de potenciais direitos de voto, que são atualmente exercíveis ou conversíveis, são levados em consideração ao avaliar se a Companhia controla outra entidade.



Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3.5.1. Combinação de negócios na aquisição de investimentos

Na controladora, a diferença entre o valor pago e o valor de livros do patrimônio líquido das sociedades adquiridas é reconhecida no investimento como: (i) mais valia, quando o fundamento econômico está relacionado, substancialmente, ao valor justo dos ativos líquidos da controlada adquirida; e (ii) ágio, quando o montante pago supera o valor justo dos ativos líquidos e, esta diferença, representa a expectativa de geração de valor futura.

A combinação de negócios é o método utilizado para o reconhecimento das aquisições de controle nos balanços consolidados. O referido método requer que os ativos identificáveis adquiridos e os passivos assumidos sejam mensurados pelo seu valor justo. O ágio decorrente da combinação de negócios, o qual é registrado no intangível, é testado anualmente para avaliação de perda por redução ao valor recuperável (*impairment*).

3.6. Novos pronunciamentos contábeis

A Companhia aplicou pela primeira vez certas normas e alterações, que são válidas para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2025. A Companhia decidiu por não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não vigentes.

Alterações: CPC 02, CPC 37 e CPC 18.

Essas alterações não têm impacto nas demonstrações financeiras da Companhia e suas controladas.

3.7. Normas emitidas, mas ainda não vigentes

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações contábeis, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

Alterações: no CPC 26(R1), CPC48 e CPC 40(R1).

As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras anuais que se iniciam em ou após 1 de janeiro de 2026.

A Companhia não antecipa que essas alterações terão impacto material sobre suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, mas continuará acompanhando a convergência dos pronunciamentos e avaliará a necessidade de atualização de suas políticas contábeis.

**Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Resumo das políticas contábeis materiais

Os diretores da Companhia consideram que as estimativas e políticas contábeis descritas abaixo são as mais relevantes para a elaboração de suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, estando consistentes com aquelas adotadas na elaboração das demonstrações financeiras anuais dos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

a) Operação descontinuada

Uma operação descontinuada é um componente de um negócio do Grupo que compreende operações e fluxos de caixa que podem ser claramente distintos do resto do Grupo e que:

- representam uma importante linha de negócios separada ou área geográfica de operações;
- são parte de um plano individual coordenado para venda de uma importante linha de negócios separada ou área geográfica de operações; ou
- são de uma controlada adquirida exclusivamente com o objetivo de revenda.

A classificação como uma operação descontinuada ocorre mediante a alienação, ou quando a operação atende aos critérios para ser classificada como mantida para venda, se isso ocorrer antes.

Quando uma operação é classificada como uma operação descontinuada, as demonstrações do resultado e do resultado abrangente comparativas são rerepresentadas como se a operação tivesse sido descontinuada desde o início do período comparativo.

b) Instrumentos financeiros**b.1) Ativos financeiros****b.1.1) Políticas contábeis**

A Companhia possui ativos e passivos financeiros e a administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégia operacional e controles internos visando assegurar a liquidez, segurança e rentabilidade. Os resultados obtidos com estas operações estão de acordo com o CPC 48 - Instrumentos financeiros e estão resumidas a seguir:



Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
em 31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

b.1.2) Classificação

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias de mensuração:

- Mensurados ao valor justo (por meio do resultado); e
- Mensurados ao custo amortizado.

A classificação depende do modelo de negócio da entidade para gestão dos ativos financeiros e os termos contratuais dos fluxos de caixa.

b.1.3) Reconhecimento e desreconhecimento

No reconhecimento inicial, a Companhia mensura um ativo financeiro ao valor justo acrescido, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado, dos custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro.

Os custos de transação de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são registrados como despesas no resultado.

Os ativos financeiros com derivativos embutidos, quando houver, são considerados, em sua totalidade, ao determinar se os seus fluxos de caixa consistem apenas em pagamento do principal e de juros.

Compras e vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação, data na qual o Grupo se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos e o Grupo tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade.

b.1.4) Mensuração dos ativos financeiros

A Companhia classifica seus ativos de acordo com a categoria de mensuração a seguir:

Custo amortizado - os ativos, que são mantidos para coleta de fluxos de caixa contratuais quando tais fluxos de caixa representam apenas pagamentos do principal e de juros, são mensurados ao custo amortizado. As receitas com juros provenientes desses ativos financeiros são registradas em receitas financeiras usando o método da taxa efetiva de juros. Quaisquer ganhos ou perdas devido à baixa do ativo são reconhecidos diretamente no resultado. As perdas por *impairment* são apresentadas em uma conta separada na demonstração do resultado.

**Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Valor justo por meio do resultado - os ativos que não atendem os critérios de classificação de custo amortizado ou de valor justo por meio de outros resultados abrangentes são mensurados ao valor justo por meio do resultado. Eventuais ganhos ou perdas em um investimento em título de dívida que seja subsequentemente mensurado ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos no resultado e apresentados líquidos em outros ganhos/(perdas), no exercício em que ocorrerem.

b.1.5) Impairment de ativos financeiros

As provisões para perdas com ativos financeiros são baseadas em premissas sobre o risco de inadimplência e nas taxas de perdas esperadas.

A Companhia aplica julgamento para estabelecer essas premissas e para selecionar os dados para o cálculo do *impairment*, com base no histórico da Companhia, nas condições existentes de mercado e nas estimativas futuras ao final de cada exercício.

Para as contas a receber de clientes, a Companhia aplica a abordagem simplificada conforme permitido pelo CPC 48 e, por isso, reconhece as perdas esperadas ao longo da vida útil a partir do reconhecimento inicial dos recebíveis. Detalhes sobre as principais premissas e dados utilizados são divulgados na nota 25

b.1.6) Instrumentos financeiros derivativos

São mensurados inicialmente e subsequentemente a valor justo. Os ganhos ou perdas resultantes das variações no seu valor justo são reconhecidos no resultado financeiro ou no imobilizado (quando em construção), exceto quando o derivativo é qualificado e designado para a contabilidade de hedge, como hedge de fluxo de caixa.

Os instrumentos financeiros derivativos mantidos pela Companhia correspondem a operações contratadas para proteção de suas exposições aos riscos de variação de moeda estrangeira.

c) Caixa e equivalentes de caixa

A Companhia classifica nessa categoria os saldos de caixa, de contas bancárias de livre movimentação e os investimentos de curto prazo, de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor e cujo vencimento seja inferior a 90 dias a partir da data de contratação.

**Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

d) Depósitos vinculados (Conta reserva dos credores)

Refere-se à conta - corrente e aplicação financeira vinculada à parcela de curto prazo dos financiamentos do BNDES e das Debêntures de Infraestrutura, do BNB, classificados no ativo não circulante e para os contratos de O&M, classificados no ativo circulante. Sua finalidade é atender os compromissos de operação e manutenção junto aos fabricantes dos Aerogeradores, bem como, atender às garantias dos financiamentos firmados, os quais permanecerão retidos até a final liquidação de todas as obrigações garantidas. São mantidos para atendimento às exigências contratuais e têm remuneração baseada na variação dos Certificados de Depósitos Interbancários (CDIs).

e) Imobilizado

Os ativos que compõem o imobilizado estão registrados ao custo de aquisição ou construção, incluindo gastos com equipamentos, materiais, pessoal, socioambientais, desmobilização de ativos e encargos financeiros de empréstimos, todos diretamente atrelados à construção dos parques eólicos, deduzidos de depreciação e perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos e que possam ser mensurados com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídos é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

A cada data de balanço, ou sempre que houver algum fato que requeira análise, a Companhia verifica se há indicação de que seus ativos tangíveis e intangíveis tenham sofrido alguma perda por redução ao valor recuperável, providenciando os ajustes contábeis se necessários. O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado ao seu valor recuperável quando o valor contábil do ativo é maior do que seu valor recuperável estimado. Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o seu valor contábil e são reconhecidos na demonstração do resultado.

A depreciação é calculada usando o método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada. O ativo imobilizado está composto principalmente por aerogerador, edificação, infraestruturas elétricas, obras civis e linha de transmissão, representando o complexo eólico, e é depreciado com base na vida útil do bem.

A Companhia revisa, ao final de cada exercício, se apropriado, os critérios utilizados para determinação da vida útil estimada do ativo imobilizado e para o cálculo da depreciação. A depreciação é calculada usando o método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

**Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Ativos	Anos
Obras civis, edificação, aerogerador, linha de transmissão, infraestruturas elétricas	30
Máquinas e equipamentos (Computadores, periféricos etc.)	10
Veículos	5
Móveis e utensílios	10

f) Intangível

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados no reconhecimento inicial ao custo de aquisição. O custo de ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao valor justo na data da aquisição. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável, quando aplicável. A vida útil de ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida.

Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados de acordo com sua vida útil econômica estimada e, quando são identificadas indicações de perda de seu valor recuperável, submetidos a teste para análise de perda no seu valor recuperável. Os ativos intangíveis servidão de passagem e estudos e projetos possuem vinte anos de vida útil. O direito de uso de superfície possui 35 anos de vida útil.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil, de indefinida para definida, é feita de forma prospectiva.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

O valor de servidão de passagem são contratos firmados com indivíduos proprietários de imóveis por onde passam estruturas dos parques eólicos. Os valores classificados na rubrica de "Estudos e projetos" referem-se aos ativos adquiridos conforme contrato de compra de ativos e/ou direitos com os desenvolvedores do projeto.

Os custos de "Servidão de Passagem" e "Estudos e Projetos" são amortizados linearmente pelo prazo de 20 anos, em linha com a vida útil dos ativos associados.

Os ativos consistem nos direitos de uso necessários para o desenvolvimento dos projetos eólicos, que estão em fase pré-operacional.

A administração da Companhia não identificou evidências ou indicações de que os ativos intangíveis não sejam recuperáveis, uma vez que as condições para desenvolvimento dos projetos seguem válidas.

**Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

g) Contas a receber de clientes

São registrados os valores a receber pelo faturamento da venda de energia e pela prestação de serviços relacionados à operação e manutenção de área compartilhada entre Complexos Eólicos.

O faturamento mensal é feito em uma única parcela. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

g.1) PECLD - Perda Estimada para Créditos de Liquidação Duvidosa

A Companhia utiliza estimativas para calcular a perda de crédito esperada para o contas a receber, baseadas em dias de atraso para agrupamentos de clientes que apresentam padrões de perda semelhantes. Esta estimativa baseia-se inicialmente nas taxas de perda histórica observada pela Companhia para determinado agrupamento de contas a receber e é revisada prospectivamente para ajustá-la de acordo com a percepção histórica de risco de crédito.

As perdas por redução ao valor recuperável em contas a receber de clientes são apresentadas como perdas por redução ao valor recuperável líquidas, no lucro operacional. Recuperações subsequentes de valores previamente baixados são creditadas na mesma conta.

h) Tributos sobre o lucro**h.1) Tributos correntes**

O imposto de renda e a contribuição social estão baseados no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado porque exclui receitas tributáveis ou despesas dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada pela Companhia com base nas alíquotas vigentes no final de cada exercício de relatório.

h.2) Tributos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ("tributos diferidos") são reconhecidos sobre as diferenças temporárias, no fim de cada exercício, entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas Demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais, quando aplicável. Os tributos diferidos passivos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis, e os tributos diferidos ativos (quando aplicável) são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a Companhia apresente lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas.

**Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Tributos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no exercício em que se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente na data do balanço, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada.

A mensuração dos tributos diferidos ativos e passivos reflete as consequências fiscais que resultam da forma pela qual a Companhia espera, na data do balanço, recuperar ou liquidar o valor contábil desses ativos e passivos.

h.3) Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

O imposto de renda e a contribuição social correntes e diferidos são reconhecidos como despesa ou receita no resultado, exceto quando estão relacionados com itens registrados em outros resultados abrangentes ou diretamente no patrimônio líquido, caso em que os tributos correntes e diferidos também são reconhecidos em outros resultados abrangentes ou diretamente no patrimônio líquido, respectivamente.

h.4) ICPC 22 - Incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro

Em relação ao ICPC 22, a Companhia não adota nenhum procedimento contábil em desacordo com a legislação fiscal que possa oferecer risco de interpretação divergente por parte do fisco.

i) Despesas antecipadas**i.1) Seguros**

São demonstradas pelos valores efetivamente contratados, deduzidos das amortizações incorridas até a data do balanço. As amortizações são registradas em contrapartida ao resultado.

i.2) Custos de transação

São custos financeiros incorridos para a obtenção de financiamentos, ainda não captados, relativo à viabilização de projetos em andamento.

Os custos de transação, enquanto não captados os recursos a que se referem, devem ser apropriados e mantidos em conta transitória e específica do ativo como pagamento antecipado deve ser reclassificado para a conta redutora, conforme a natureza da operação, tão logo seja concluído o processo de captação ou reconhecido como despesa no momento da desistência do processo de captação.

Concluído o processo de captação, os custos de transação são reclassificados para a conta redutora do passivo e os custos de transação serão apropriados ao resultado em função da fluência do prazo, pelo custo amortizado usando o método dos juros efetivos.

**Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

j) Provisões para custos socioambientais

A Companhia registrou a valor presente os custos com programas ambientais, como definido pela orientação OCPC 05. a Companhia registrou os custos ambientais futuros, decorrentes da Licença Prévia ("LP") e da Licença de Instalação ("LI") e programas ambientais, reconhecendo em seus ativos e passivos o valor presente das respectivas obrigações.

Trata-se de custos referentes à construção dos parques eólicos que serão realizados e desembolsados e desta forma foram provisionados no passivo circulante e não circulante tendo como contrapartida o ativo imobilizado, sendo depreciado a partir da entrada em operação comercial dos empreendimentos. Após a entrada em operação, tais custos são registrados diretamente no resultado.

k) Provisões para desmobilização de ativos

No momento que um parque eólico entra em operação e quando há previsão contratual para desmobilização a Companhia provisiona os custos de desmobilização de ativos de geração, que serão incorridas pela Companhia no desmantelamento dos equipamentos e na restauração e recuperação dos terrenos.

A estimativa foi mensurada com base no valor presente dos custos esperados para liquidar a obrigação, utilizando uma taxa de mercado, com base na melhor estimativa na data de reporte, e são reconhecidos em contrapartida dos custos do correspondente ativo.

A atualização financeira da provisão é reconhecida na demonstração do resultado conforme incorrido. A provisão é revisada anualmente e quaisquer ajustes de estimativa são efetuados em contrapartida do custo do ativo.

l) Arrendamentos

Os arrendamentos são reconhecidos pela Companhia, de acordo com o CPC 06 (R2) Arrendamentos, como um ativo de direito de uso e um passivo correspondente na data em que o ativo arrendado se torna disponível para uso pela Companhia.

Cada pagamento de arrendamento é alocado entre o passivo e as despesas financeiras. As despesas financeiras são reconhecidas no resultado durante o exercício do arrendamento. O ativo de direito de uso é depreciado ao longo da vida útil do ativo ou do prazo do arrendamento pelo método linear, dos dois o menor. Os ativos e passivos provenientes de um arrendamento são inicialmente mensurados ao valor presente.

**Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os passivos de arrendamento incluem o valor presente líquido dos pagamentos de arrendamentos a seguir:

- pagamentos fixos (incluindo pagamentos fixos na essência, menos quaisquer incentivos de arrendamentos a receber);
- pagamentos variáveis de arrendamentos variáveis que dependem de índice ou de taxa;
- valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual;
- o preço de exercício de uma opção de compra se o arrendatário estiver razoavelmente certo de que irá exercer essa opção;
- pagamentos de multas por rescisão do arrendamento se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento.

Os pagamentos de arrendamentos são descontados utilizando a taxa de juros implícita no arrendamento. Caso essa taxa não possa ser prontamente determinada, a taxa incremental de empréstimo do arrendatário é utilizada, sendo a taxa que o arrendatário teria que pagar em um empréstimo para obter os fundos necessários para adquirir um ativo de valor semelhante, em um ambiente econômico similar, com termos e condições equivalentes.

Para determinar a taxa incremental de empréstimo, a Companhia:

- sempre que possível, utiliza como ponto de partida taxas de financiamentos recentes contratados com terceiros, ajustadas para refletir as mudanças nas condições de financiamento desde que tal financiamento de terceiro fora recebido;
- usa uma abordagem progressiva que parte de uma taxa de juros livre de risco ajustada para o risco de crédito para arrendamentos mantidos pela Companhia, sem financiamento recente com terceiros; e
- faz ajustes específicos à taxa, como no prazo, país, moeda e garantia, por exemplo.

A Companhia está exposta a potenciais aumentos futuros nos pagamentos de arrendamentos variáveis com base em um índice ou taxa, os quais não são incluídos no passivo de arrendamento até serem concretizados. Quando os ajustes em pagamentos de arrendamentos baseados em um índice ou taxa são concretizados, o passivo de arrendamento é reavaliado e ajustado em contrapartida ao ativo de direito de uso.

Os pagamentos de arrendamentos são alocados entre o principal e as despesas financeiras. As despesas financeiras são reconhecidas no resultado durante o exercício do arrendamento para produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo para cada exercício.

**Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, de acordo com os itens a seguir:

- o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento;
- quaisquer pagamentos de arrendamentos feitos na data inicial, ou antes dela, menos quaisquer incentivos de arrendamento recebidos;
- quaisquer custos diretos iniciais; e
- custos de restauração.

Os ativos de direito de uso geralmente são depreciados ao longo da vida útil do ativo ou do prazo do arrendamento pelo método linear, dos dois o menor. Se a Companhia estiver razoavelmente certo de que irá exercer uma opção de compra, o ativo do direito de uso é depreciado ao longo da vida útil do ativo subjacente.

Os pagamentos associados a arrendamentos de curto prazo de equipamentos e veículos e todos e arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos pelo método linear como uma despesa no resultado. Arrendamentos de curto prazo são aqueles com um prazo de 12 meses ou menos. Os ativos de baixo valor incluem equipamentos de TI e pequenos itens de mobiliário de escritório.

Os arrendamentos considerados relevantes pela administração da Companhia foram contabilizados de acordo com o CPC 06 - R2 - Arrendamentos, a partir de sua aplicação. Os impactos nas contabilizações dos arrendamentos estão detalhados na nota explicativa nº 16.

m) Impairment de ativos não financeiros

Os ativos são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de alienação e o seu valor em uso.

Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGCs)).

n) Fornecedores

A rubrica registra valores a pagar, com base em faturas recebidas e medições de obra, ou por estimativa, na ausência de documentação pertinente. Eles são, inicialmente, reconhecidos por valor justo e, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado com uso do método da taxa efetiva de juros.

**Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

o) Ajuste a valor presente

Os ativos e passivos decorrentes de operações de longo prazo são ajustados a valor presente, com base em taxas de juros de mercado na data da transação.

p) Empréstimos e financiamentos

São reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos nas captações e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os custos de empréstimos gerais e específicos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um exercício de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesa no exercício em que são incorridos.

q) Provisão para ressarcimento regulatório

Os Contratos de Energia Nova celebrados entre o Grupo e as distribuidoras estabelecem que sejam apuradas a cada ano e quadriênio contratual as diferenças entre a energia gerada das usinas e a energia contratada. Os contratos estabelecem limites para os desvios negativos (provisão para ressarcimento regulatório passivo – quando aplicável) e positivos (contas a receber regulatório, nota explicativa nº5), com aplicação de penalidades ou receita extra.

r) Reconhecimento da receita**r.1) Venda de energia elétrica**

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela geração e comercialização de energia no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos, dos descontos e das provisões para ressarcimento (provisões efetuadas caso a geração de energia elétrica seja abaixo do contratado e a Companhia, conforme cláusulas contratuais, precisa restituir aos clientes).

Todas as contabilizações de receita com venda de energia da Companhia, quando incorridas, estão de acordo o CPC 47 - Receita de Contrato com Clientes.

A Companhia reconhece a receita pelo valor justo da contraprestação a receber quando a energia gerada é comercializada, mediante a multiplicação da quantidade de energia vendida pelo preço contratado, conforme cláusulas contratuais.

**Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Companhia reconhece a receita quando atendidos os cinco passos do modelo de reconhecimento de receita do CPC 47 e quando seu respectivo valor puder ser mensurado com segurança.

Cinco etapas do reconhecimento da receita: (i) identificação do contrato com o cliente; (ii) identificação da obrigação de desempenho definida no contrato; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho do contrato e (v) reconhecimento da receita se e quando a empresa cumprir as obrigações de desempenho.

O CPC 47 estabelece uma estrutura abrangente para determinar se e quando uma receita é reconhecida e por quanto a receita é mensurada. De acordo com o CPC 47, a receita é reconhecida quando o cliente obtém o controle dos bens ou serviços. Determinar o momento da transferência de controle - em um momento específico no tempo ou ao longo do tempo - requer julgamento.

r.2) Receita financeira

A receita de juros é reconhecida pelo método linear com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante principal em aberto, sendo a taxa de juros efetiva aquela que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida estimada do instrumento financeiro em relação ao valor contábil líquido inicial deste ativo.

s) Despesas

Os registros feitos pela Companhia no exercício foram apurados em conformidade com o regime contábil de competência.

t) Transações em moeda estrangeira

Transações em moedas estrangeiras são inicialmente convertidas pela taxa de câmbio das moedas correspondentes na data que a transação se qualifica para reconhecimento. Ativos e passivos monetários denominados em moedas estrangeiras são convertidas para o Real de acordo com a cotação do mercado nas datas dos balanços. Diferenças oriundas no pagamento, na conversão de itens monetários são reconhecidas no resultado financeiro.

u) Operação descontinuada

Uma operação descontinuada é um componente de um negócio do Grupo que compreende operações e fluxos de caixa que podem ser claramente distintos do resto do grupo. A classificação como uma operação descontinuada ocorre mediante a alienação, ou quando a operação atende aos critérios para ser classificada como mantida para venda, se isso ocorrer antes.



Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Quando uma operação é classificada como uma operação descontinuada, as demonstrações do resultado e do resultado abrangente comparativas são reapresentadas como se a operação tivesse sido descontinuada desde o início do período comparativo.

5. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Caixa e bancos	448	12	731	663
Aplicações financeiras de liquidez imediata	-	195	224.911	286.659
Total	448	207	225.642	287.322

Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, as aplicações financeiras encontram-se em investimentos de renda fixa indexados à taxa de depósito interbancário - CDI.

As aplicações financeiras de liquidez imediata tiveram o rendimento médio de 100% do CDI em 31 de dezembro de 2025 (Em 31 de dezembro de 2024 é de 97% do CDI).

As aplicações financeiras possuem vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, sendo prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, as quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor.

As aplicações financeiras são mantidas com a finalidade de atender aos compromissos de caixa de curto prazo e não para investimentos com outros propósitos.

6. Depósitos vinculados (Conta reserva dos credores)

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Conta corrente	24.772	24.271
Aplicações financeiras	49.233	46.799
Total	74.005	71.070
Circulante (a)	28.838	28.139
Não circulante (b)	45.167	42.931

(a) Compreendem aos valores vinculados referente as parcelas de curto prazo dos debêntures (Vide – nota 15) e O&M.

(b) Compreendem aos valores vinculados referentes as parcelas de longo prazo dos debêntures (Vide – nota 15).

Os valores classificados como depósitos vinculados têm remuneração baseada na variação dos Certificados de Depósitos Interbancários (CDIs).



Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

7. Contas a receber

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Contas a receber de clientes (a)	33.215	24.221
Contas a receber regulatório (b)	-	366
Circulante	33.215	24.587

(a) As contas a receber de clientes correspondem contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado - CCEARs e Contrato de Energia de Reserva - CERs no curso normal das atividades da Companhia. O prazo para recebimento é inferior a um ano e, dessa forma, as contas a receber são classificadas no ativo circulante

(b) Contas a receber referentes à geração a maior apurada ao final do primeiro quadriênio, encerrado em outubro de 2022. Em conformidade com as regras de comercialização, os valores foram recebidos em 24 parcelas a partir de 2023, com todas as parcelas já recebidas pelo Grupo em 31 de dezembro de 2025.

8. Despesas antecipadas

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Seguros	5.238	4.399
Total	5.238	4.399
Circulante	5.238	4.399

9. Impostos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
IRPJ/CSLL – créditos fiscais não utilizados	2.420	2.382	10.230	6.072
ISSQN	-	-	1	256
PIS	-	-	377	19
COFINS	-	-	1.742	84
Outros	737	578	978	1.619
Total	3.157	2.960	13.328	8.050
Circulante	37	809	6.516	3.685
Não circulante	3.120	2.151	6.812	4.365



Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

10. Investimentos

a) Movimentação dos investimentos

	Controladora
Em 31 de dezembro de 2023	478.716
Aumento/Integralização de capital em controladas	210.631
Resultado de equivalência patrimonial	(48.739)
Em 31 de dezembro de 2024	640.608
Aumento/Integralização de capital em controladas	1.003.989
Resultado de equivalência patrimonial	(101.667)
Em 31 de dezembro de 2025	1.542.930

a) Resumo das informações financeiras

A tabela abaixo apresenta um resumo das informações financeiras das controladas:

31 de dezembro de 2025					
Controladas	% Participação	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Lucro líquido (prejuízo)
Rio Energy Participações S.A.	100%	1.918.209	375.279	1.542.930	(101.667)

31 de dezembro de 2024					
Controladas	% Participação	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Lucro líquido (prejuízo)
Rio Energy Participações S.A.	100%	668.622	28.014	640.608	(48.740)



Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

11. Imobilizado

	Consolidado					
	Parque Eólico	Parque Solar	Direito de uso – ADM	Outros imobilizado - ADM	Imobilizado em andamento	Total
Em 31 de dezembro de 2023	1.122.964	-	1.688	2.680	3.598	1.130.930
Adições	1.340	-	420	222	109.449	111.431
Transferência	-	-	-	-	-	-
Baixa	(175)	-	-	-	(97)	(272)
Depreciação	(46.291)	-	(1.925)	(732)	-	(48.948)
Em 31 de dezembro de 2024	1.077.838	-	183	2.170	112.950	1.193.141
Adições	37.382	-	5.826	992	295.378	339.578
Transferência (a)	-	386.252	-	-	(386.252)	-
Baixas	(55)	-	-	(86)	(5)	(146)
Depreciação	(46.190)	(1.065)	(1.154)	(731)	-	(49.140)
Em 31 de dezembro de 2025	1.068.975	385.187	4.855	2.345	22.071	1.483.433

	Consolidado					
	Parque Eólico	Parque Solar	Direito de uso – ADM	Imobilizado em andamento	Imobilizado em andamento	Total
Custo	1.384.262	-	5.570	9.472	112.950	1.512.254
Depreciação acumulada	(306.424)	-	(5.387)	(7.302)	-	(319.113)
Em 31 de dezembro de 2024	1.077.838	-	183	2.170	112.950	1.193.141
Custo	1.421.588	386.252	5.826	10.190	22.071	1.485.927
Depreciação acumulada	(352.613)	(1.066)	(971)	(7.844)	-	(362.494)
Em 31 de dezembro de 2025	1.068.975	385.186	4.855	2.346	22.071	1.483.433

(a) Em 03 de dezembro de 2025, o projeto SdB Solar entrou em operação comercial e, desta forma, os ativos reconhecidos como imobilizado em andamento foram reclassificados para imobilizados em operação, passando a gerar despesas com depreciação.



Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
em 31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

12. Intangível

Os estudos e projetos consistem em direitos de uso que foram necessários para o desenvolvimento dos projetos eólicos de sua controlada, que hoje está em fase operacional e de suas controladas que estão em fase pré-operacionais.

	Consolidado				
	Servidão de passagem	Estudos e projetos	Direito de uso	Ágio	Total
Em 31 de dezembro de 2023	1.927	69.718	-	18.090	89.735
Adições	496	25.444	-	6.652	32.592
Amortização	(117)	(3.020)	-	-	(3.137)
Em 31 de dezembro de 2024	2.306	92.142	-	24.742	119.190
Adições	220	-	632	-	852
Baixas (a)	-	(15.480)	-	(24.742)	(40.222)
Amortização	(117)	(3.034)	(1)	-	(3.152)
Em 31 de dezembro de 2025	2.409	73.628	631	-	76.668

	Consolidado				
	Servidão de passagem	Estudos e projetos	Direito de uso	Ágio	Total
Custo	3.018	110.258	-	24.742	138.018
Depreciação acumulada	(712)	(18.116)	-	-	(18.828)
Em 31 de dezembro de 2024	2.306	92.142	-	24.742	119.190
Custo	3.238	94.778	632	-	98.648
Depreciação acumulada	(829)	(21.150)	(1)	-	(21.980)
Em 31 de dezembro de 2025	2.409	73.628	631	-	76.668

- a) No exercício corrente, a Companhia reconheceu perda por redução ao valor recuperável (impairment) do ágio registrado nas aquisições das empresas Urca e Bom Jesus. Após a realização do teste de recuperabilidade, conforme previsto no CPC 01 (R1), foi identificada a necessidade de ajuste do valor contábil do ágio ao seu valor recuperável, resultando na baixa do saldo registrado, com impacto no resultado do período.

13. Fornecedores e outras obrigações

A rubrica de contas a pagar com fornecedores refere-se principalmente a:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Fornecedores (a)	15	-	22.658	34.386
MCP a pagar	-	-	991	38
Total	15	-	23.649	34.424

- (a) Em 2024, em razão do início e avanço da construção do complexo SDB Solar, as obrigações das companhias Solar São Conrado IV, V, VI e VII aumentaram significativamente. Os valores se concentram em obrigações devidas a alguns dos principais fornecedores da obra, sobretudo pelo fornecimento dos Trackers e da estrutura Balance of System (BOS) do parque. Em 2025, as obrigações se concentram em serviços e aquisições para operação e manutenção do parque.



Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

14. Empréstimos e financiamentos

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Financiamentos BNDES	-	760.149
(-) Custos de transação	-	(19.788)
Total	-	740.361
Passivo circulante	-	46.512
Passivo não circulante	-	693.849

Em 22 de dezembro de 2025, por decisão do acionista, a Companhia procedeu à liquidação antecipada total do financiamento de longo prazo contratado junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). A operação envolveu a amortização integral do saldo devedor do contrato de financiamento; e o pagamento de compensação financeira ao BNDES, decorrente da liquidação antecipada

Quadro de movimentação dos empréstimos e financiamentos

A movimentação dos empréstimos e financiamentos é como segue:

Consolidado	
Saldo em 31/12/2023	776.306
Juros incorridos e atualização (resultado)	69.836
Amortização dos custos de transação (resultado)	1.847
Liquidação empréstimos e financiamentos (Principal e juros)	(107.628)
Saldo em 31/12/2024	740.361
Juros incorridos e atualização (resultado)	77.384
Amortização dos custos de transação (resultado)	19.788
Liquidação empréstimos e financiamentos (Principal e juros)	(837.533)
Saldo em 31/12/2025	-



Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

15. Debêntures

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Debêntures de infraestrutura	151.865	149.101
Total	151.865	149.101
Passivo circulante	3.797	3.634
Passivo não circulante	148.068	145.467

a) Debêntures de infraestrutura

Controladas	Modalidade	Assinatura do Contrato	Vencimento	Taxa (a.a.)	Consolidado		Valor do contrato
					31/12/2025	31/12/2024	
Copacabana Geração de Energia e Participações S.A.	Debêntures de infraestrutura	10/08/2018	15/04/2033	IPCA + 8,4717%	151.865	149.101	127.780

b) Garantias

Como garantia do pagamento das debêntures com a Pentágono DTVM S.A, na qualidade de Agentes Fiduciários representando os debenturistas (Agentes Fiduciários), a Companhia apresentou: (i) os direitos emergentes dos contratos de fornecimento e de operação e manutenção das turbinas e dos CCEARs, incluindo os direitos creditórios decorrentes das autorizações concedidas por meio de portarias emitidas pelo Ministério de Minas e Energia (“MME”) para produção independente de energia; (ii) o contrato de penhor de máquinas e equipamentos e outras avenças; (iii) o contrato de penhor de ações da holdings e controladas; e (iv) a cessão fiduciária dos direitos de crédito a elas relacionados, inclusive os recursos nelas depositados.

c) Compromissos contratuais (Covenants)

Condições restritivas das debêntures:

Controladas	Descrição	Modalidade	Índice de cobertura do Serviço da Dívida (ICSD)
Copacabana Geração de Energia e Participações S.A.	Debêntures	Debêntures de Infraestrutura	1,3

As debêntures possuem cláusulas contratuais que preveem anualmente o cumprimento de determinados índices financeiros, calculados a partir da divisão da geração de caixa da atividade pelo serviço da dívida do ano de referência com base em informações financeiras registradas nas demonstrações financeiras anuais.



Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
em 31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Em assembleia de debenturistas, foi concedida anuência prévia à Companhia, afastando, para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, a caracterização de vencimento antecipado automático das debêntures em decorrência de eventual não atendimento do Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD), nos termos previstos na Escritura de Emissão.

d) Quadro de movimentação das debêntures

A movimentação das debêntures é como segue:

Consolidado	
Saldo em 31/12/2023	145.545
Juros incorridos e atualização (resultado)	19.186
Liquidação de debêntures	(15.630)
Saldo em 31/12/2024	149.101
Juros incorridos e atualização (resultado)	18.869
Liquidação de debêntures	(16.105)
Saldo em 31/12/2025	151.865

e) Cronograma de amortização das debêntures em 31 de dezembro de 2025

	Consolidado
	Total
1º de janeiro de 2026 a 31 dezembro de 2026	3.797
1º de janeiro de 2027 a 31 dezembro de 2027	7.593
1º de janeiro de 2028 a 31 dezembro de 2028	11.390
1º de janeiro de 2029 a 31 dezembro de 2029	15.186
1º de janeiro de 2030 a 15 abril de 2033	113.899
Total	151.865

16. Arrendamentos

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Arrendamento (terrenos de parques eólicos: Copacabana)	42.992	44.362
Arrendamento (escritório da Companhia no bairro Jardim Botânico - RJ)	4.976	207
	47.968	44.569
Passivo circulante	6.280	4.939
Passivo não circulante	41.688	39.630



Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
em 31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Arrendamento (terrenos de parques eólicos - Copacabana e escritório do Grupo Rio Energy no bairro do Jardim Botânico – Rio de Janeiro)

As controladas arrendam terrenos onde são instalados os parques eólicos e vincula parte do arrendamento aos contratos de venda de energia. Esses contratos possuem vigência semelhante aos prazos de autorização governamental para operação dos parques, geralmente 35 anos.

A Companhia também arrenda as salas comerciais, com contrato vigente de cinco anos, onde está a sede do Grupo Rio Energy no Jardim Botânico, RJ.

O requisito produziu os seguintes impactos na contabilização dos ativos e passivos, conforme demonstrado abaixo:

Balança patrimonial	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Ativo		
Direito de uso de ativo (ou dos terrenos)	50.388	50.186
Depreciação acumulada	(11.627)	(14.556)
Total do ativo	38.761	35.630
Passivo		
Circulante		
Passivo de arrendamento	6.280	4.939
Não circulante		
Passivo de arrendamento	41.688	39.630
Total do passivo	47.968	44.569

O ativo decorrente do direito de uso está demonstrado na nota explicativa nº 11. A mensuração dos passivos de arrendamento compreende o fluxo futuro dos pagamentos contratuais mínimos de aluguel, trazidos a valor presente pela taxa real de desconto. Tal taxa de desconto corresponde à taxa incremental sobre os empréstimos de cada empresa com base no prazo médio de cada contrato de arrendamento.

A Companhia estimou as taxas de desconto, com base nas taxas de juros livres de risco observadas no mercado brasileiro, para os prazos de seus contratos, ajustadas à sua realidade ("spread" de crédito). Os "spreads" foram obtidos por meio de sondagens junto a potenciais investidores de títulos de dívida da Companhia. A tabela abaixo evidencia as taxas praticadas levando em consideração os prazos dos contratos:

Contratos por prazo e taxa de desconto

Controlada	Objeto	Localidade	Vencimento do contrato	Taxa % a.a.
Eólicas Serra da Babilônia	Terrenos parque eólico	Bahia	Out/2038	8,98%
Rio Energy Participações	Salas de escritório	Rio de Janeiro	Mar/2030	4,00%



Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Passivo de arrendamento

As movimentações dos saldos dos passivos de arrendamento são apresentadas no quadro abaixo:

Saldo em 31 de dezembro de 2023	46.803
Juros incorridos (resultado)	3.233
Pagamentos	(5.787)
Ajuste inflação	(100)
Remensuração	420
Saldo em 31 de dezembro de 2024	44.569
Juros incorridos (resultado)	3.674
Pagamentos	(6.050)
Ajuste inflação	(55)
Remensuração	5.830
Saldo dos passivos de arrendamento em 31 de dezembro de 2025	47.968

A Companhia apresenta, no quadro abaixo, a análise de seus contratos com base nas datas de vencimento. Os valores estão apresentados com base nas prestações não descontadas:

Maturidade dos contratos

Vencimento das prestações	
Menos de 1 ano	6.280
Entre 1 e 3 anos	13.178
Entre 3 e 5 anos	12.818
Acima de 5 anos	52.368
Subtotal	84.644
Valores não descontados	
Juros embutidos	(36.676)
Saldo dos passivos de arrendamento em 31 de dezembro de 2025	47.968

Ativos de direito de uso

A movimentação de saldos dos ativos de direito de uso é evidenciada abaixo:

Saldo dos ativos de direito de uso em 31 de dezembro de 2023	38.721
Despesa de amortização	(3.411)
Ajuste inflação	(100)
Remensuração	420
Saldo dos ativos de direito de uso em 31 de dezembro de 2024	35.630
Despesa de amortização	2.931
Ajuste inflação	(55)
Remensuração	256
Saldo dos ativos de direito de uso em 31 de dezembro de 2025	38.762



Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

As controladas da Companhia que tributam pelo lucro real possuem contrato de arrendamento com pessoas físicas, portanto não possuem PIS e COFINS a recuperar embutidos na contraprestação de arrendamento.

17. Obrigações fiscais e trabalhistas

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Obrigações trabalhistas	-	-	25.194	20.509
IRPJ a pagar	-	-	1.748	2.000
CSLL a pagar	-	-	2.093	1.785
PIS e COFINS a pagar	2	-	1.433	1.157
ICMS, ISS terceiros	-	-	241	426
PIS, COFINS, IR e CS terceiros	-	-	589	350
INSS	-	-	350	561
Total	2	-	31.648	26.788
Circulante	2	-	27.684	22.382
Não circulante	-	-	3.964	4.406

18. Adiantamento de clientes

	2025	2024
Contratos regulados (a)	12.758	7.826
Outros adiantamentos de clientes	291	-
Total	13.049	7.826

(a) Refere-se aos valores recebidos pelos clientes nos contratos regulados da Serra da Babilônia Eólica quando o montante pago ultrapassa a quantidade de energia entregue no mesmo período, devido à natureza sazonal da geração e ao fluxo de caixa linear dos contratos.

Refere-se aos valores recebidos pelos clientes nos contratos regulados quando o montante pago ultrapassa a quantidade de energia entregue no mesmo período, devido à natureza sazonal da geração e ao fluxo de caixa linear dos contratos.



Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
em 31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

19. Provisão de ressarcimento regulatório

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Provisão para ressarcimento regulatório	60.044	31.443
Total	60.044	31.443
Passivo circulante	60.044	-
Passivo não circulante	-	31.443

A movimentação é evidenciada abaixo:

Provisão para ressarcimento regulatório de 2023	2.787
Pagamentos	(2.787)
Ressarcimento anual (ano contratual 2024)	31.443
Provisão para ressarcimento regulatório de 2024	31.443
Atualização financeira - Ressarcimento anual (ano contratual 2024)	576
Ressarcimento anual (ano contratual 2025)	28.025
Provisão para ressarcimento regulatório de 2025	60.044

Provenientes de contratos de geração de energia firmados no mercado regulado, onde existem cláusulas que obrigam as controladas, no caso de geração abaixo do contrato, a ressarcir os respectivos valores aos compradores.

Para a apuração das provisões para ressarcimento regulatório foram consideradas as quantidades de energia restringidas (37.705 MWh), que representa, aproximadamente R\$ 12 milhões, do Complexo Eólico pelo Operador Nacional do Sistema – ONS (constrained-off). A Companhia reconheceu apenas as restrições que o operador considera como reembolsáveis para a Companhia e os montantes de ressarcimento apurados em 2025 e 2024 foram deduzidos de tal reconhecimento. A CCEE (Câmara de Comercialização de Energia Elétrica) divulgou o calendário de recontabilização dos ressarcimentos regulatórios, com início previsto para julho de 2026, em tranches.

20. Provisões socioambientais

	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2023	6.869
Atualização	(766)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	6.103
Adição	2.418
Atualização	255
Saldo em 31 de dezembro de 2025	8.776
Circulante	2.418
Não circulante	6.358



Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Com a finalidade de atender ao preconizado na orientação OCPC 05 (Contrato de Concessão, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC)), a Companhia registrou os custos ambientais futuros decorrentes da Licença Prévia ("LP"), da Licença de Instalação ("LI") e programas ambientais, reconhecendo em seus ativos e passivos o valor presente das respectivas obrigações. Trata-se de custos referentes a compensação ambiental dos empreendimentos (SDB fase 1). A compensação ambiental é uma exigência legal (Lei nº 9.985/2000) nos casos de licenciamento ambiental de empreendimentos de significativo impacto ambiental, assim considerado pelo órgão ambiental competente, com fundamento em Estudo de Impacto Ambiental e respectivo relatório (EIA/RIMA).

A Companhia vem provisionando os valores referentes à compensação ambiental de acordo com a exigência legal e em 2022 ajustou a referida provisão devido a notificação do Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (INEMA).

Em 2025, a Companhia reconheceu os custos ambientais futuros decorrentes da Licença Prévia ("LP"), da Licença de Instalação ("LI") e dos programas ambientais associados aos projetos em fase de implantação. Os valores referem-se, principalmente, às obrigações ambientais relacionadas à construção dos parques solares de Serra da Babilônia Solar, cujos desembolsos ainda ocorrerão. Dessa forma, tais montantes foram registrados no passivo, a valor presente, com contrapartida no ativo imobilizado, em conformidade com o tratamento contábil aplicável.

Adicionalmente, a Serra da Babilônia Eólica reconheceu o montante de R\$ 900, enquanto a Serra da Babilônia Solar reconheceu o montante de R\$ 1.518, referentes ao cumprimento das obrigações previstas no PBAQ – Programa Básico Ambiental da Qualidade.

21. Provisão para desmobilização

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Desmobilização aerogerador	27.226	19.900
Desmobilização infraestrutura elétrica	1.506	
Desmobilização Parque Solar	1.513	1.100
Total	30.245	21.000

Conforme determinado em contratos com proprietários de terras, considerada a entrada em operação das controladas do Grupo Copacabana, foi provisionado pela Companhia o valor estimado para as despesas que serão incorridas pelo desmantelamento dos equipamentos e pela restauração e recuperação dos terrenos. A estimativa foi mensurada utilizando o valor presente (AVP) dos gastos necessários para liquidar a obrigação, pelo período de 30 anos, usando uma taxa de desconto. A taxa de desconto utilizada para o valor presente dos fluxos de caixa é uma taxa de juros livre de risco, sendo utilizada na Rio Energy no momento do reconhecimento da provisão, a taxa dos títulos do governo brasileiro com vencimento em 10 anos (NTNF).

Abaixo o quadro com as taxas utilizadas para cada projeto.

Projeto	Título	Taxa
Serra da Babilônia Fase 1 (Copacabana)	NTNF 2029	10,47 % a.a



Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
em 31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

As estimativas incluem desmobilização de todos os bens equipamentos de geração, medição instalados e afixados nos terrenos que sejam relacionados à Companhia.

	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2023	17.189
Atualização da provisão para desmobilização Copacabana	1.197
Despesa financeira	2.614
Saldo em 31 de dezembro de 2024	21.000
Atualização da provisão para desmobilização	1.446
Adição desmobilização do Parque Solar (a)	1.497
Despesa financeira	6.302
Saldo em 31 de dezembro de 2025	30.245

(a) Com a entrada em operação das controladas, Solar São Conrado IV, V, VI e VII, a Companhia contabilizou, no exercício de 2025, a provisão para desmobilização dos equipamentos e para restauração do terreno no valor de R\$1.497, conforme determinado no contrato do proprietário do terreno. A estimativa foi mensurada a valor presente (AVP) dos gastos necessários para liquidar a obrigação, pelo período de 30 anos, usando uma taxa de desconto de 13,64%. As premissas incluem desmobilização de todos os bens equipamentos de geração, medição instalados e afixados no terreno que sejam relacionados a Companhia.

22. Patrimônio líquido

22.1. Capital social

Em 31 de dezembro de 2025, o capital social é de R\$ 2.654.233 e está dividido em 3.477.851 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. Em 31 de dezembro de 2024 era de R\$1.662.416 representado por 2.486.034 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, sendo R\$ 1.645.916 integralizados em moeda corrente e R\$ 16.500 integralizados em moeda corrente em 27 de maio de 2025.

22.2. Redução de capital social e ajustes de avaliação patrimonial

Em 09 de agosto de 2023 foi realizada a Assembleia Geral Extraordinária que continha como ordem do dia a análise, discussão e deliberação sobre a redução do capital social da Companhia no valor total de R\$ 827.374, sem cancelamento de ações, mediante a entrega aos acionistas da Companhia da totalidade das ações representativas do capital social das controladas Lagoa Geração de Energia e Participações S.A., Ipanema Geração de Energia e Participações S.A., Jardim Botânico Geração de Energia e Participações S.A., Humaitá Geração de Energia e Participações S.A. e Pontal Geração de Energia e Participações S.A.. A redução do capital social da Companhia aprovada se tornaria efetiva após determinadas condições.

O objetivo da transferência de ações é reduzir o capital da Hórus Investimentos S.A. sem cancelamento de ações, mediante a entrega destas ações aos acionistas diretos, sendo eles: Rio Energy Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia (“FIP I”) e Rio Energy Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia II (“FIP II”), mantendo a proporção de suas respectivas participações societárias, para fins de reestruturação societária.



Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
em 31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O Patrimônio Líquido das investidas apurado na data da transação (R\$1.527.121) foi impactado por valores oriundos de dívida corporativa capturada pela Companhia (R\$ 689.255). Na operação societária de redução de capital, a administração concluiu que os montantes provenientes da dívida não deveriam ser reduzidos do capital social. Nesse contexto, a fim de concretizar a reorganização societária, os impactos contábeis no Patrimônio Líquido da Companhia foram reconhecidos como redução de capital (R\$ 827.374) e ajuste de avaliação patrimonial (R\$ 689.255). A variação patrimonial entre a data de laudo utilizada para a redução de capital e data da efetiva da transação no valor de R\$ 10.492 também foi reconhecida no patrimônio líquido.

22.3. Movimentação do capital social no exercício

Aumentos do Capital Social

Valores em reais - 2024

Data da AGE	Quantidade de ações (unidade)	Valor Unitário (Em Reais)	Valor Total (Em Reais)	Controlador que realizou o aumento de capital
23/07/2024	60.930.000	1	60.930.000,00	Equinor
27/11/2024	95.575.000	1	95.575.000,00	Equinor
Total	156.505.000		156.505.000,000	-

Valores em reais - 2025

Data da AGE	Quantidade de ações (unidade)	Valor Unitário (Em Reais)	Valor Total (Em Reais)	Controlador que realizou o aumento de capital
06/02/2025	195.000.000	R\$ 1	195.000.000,00	Equinor
07/04/2025	100.000.000	R\$ 1	100.000.000,00	Equinor
19/12/2025	696.817.083	R\$ 1	696.817.083,97	Equinor
Total	991.817.083		991.817.083,97	-

22.4. Controladores

Composição acionária da Hórus Investimentos S.A. em 31 de dezembro de 2025:

Controlador	Participação (%)
Equinor Renewables Brazil B.V.	100%
Total	100%

22.5. Política de distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos das empresas da Companhia obedecerá às destinações de seu Estatuto Social e à Lei das Sociedades Anônimas. As destinações do lucro líquido das empresas da Companhia são demonstradas a seguir:



Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- (i) 5% para reserva legal, até atingir 20% (vinte por cento) do capital social subscrito;
- (ii) constituição para reserva de contingências, se proposto pela administração e aprovado por Assembleia Geral;
- (iii) pagamento de dividendo mínimo obrigatório, nos termos do Estatuto Social.
- (iv) retenção de reserva de lucros com base em orçamento de capital, se proposto pela administração e aprovado por Assembleia Geral; e
- (v) saldo de lucro líquido será objeto de distribuição de dividendos conforme proposto pela administração e deliberação da Assembleia Geral.

Os acionistas terão direito de receber, em cada exercício, a título de dividendo mínimo obrigatório, 25% (vinte cinco por cento) do saldo do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos da Lei das S.A.

Sempre que o montante do dividendo obrigatório ultrapassar a parcela realizada do lucro líquido do exercício, a administração poderá propor, e a Assembleia Geral, aprovar destinar o acesso à constituição de reserva de lucros a realizar.

A Assembleia Geral poderá atribuir aos Administradores uma participação dos lucros, observados os limites legais pertinentes.

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia apresentou prejuízo acumulado de R\$ 418.460.

23. Receita Líquida

	Consolidado	
	2025	2024
Receita operacional - geração de energia	276.125	255.478
Receita - Prestação de serviço	5.703	5.944
Impostos sobre vendas	(11.489)	(10.840)
Total	270.339	250.582

24. Custos da energia vendida

	Consolidado	
	2025	2025
Depreciação e amortização	(50.406)	(49.218)
Compra de energia	(8.955)	(4.432)
Custo com serviços de operação e manutenção	(29.472)	(28.588)
Custo de transmissão e energia	(13.314)	(13.434)
Outras manutenções	(1.132)	(484)
Outros custos operacionais	(4.084)	(4.900)
Total	(107.363)	(101.056)



Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
em 31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

25. Perda por Impairment de Ativos

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Administração identificou indícios de redução ao valor recuperável relacionados às revisões de determinados Projetos Greenfield, o que resultou na necessidade de realização de testes de recuperabilidade em algumas Unidades Geradoras de Caixa (UGCs), nos termos do CPC 01 (R1) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos.

Metodologia

O valor recuperável das UGCs foi determinado com base no valor justo líquido de despesas para venda, apurado a partir de projeções elaboradas pela área de Desenvolvimento e aprovadas pela Administração.

Para os projetos em fase de desenvolvimento, as projeções consideraram, principalmente, as seguintes premissas:

- Potência instalada estimada (MW);
- Valor de venda estimado por MW, com base em transações observáveis de mercado;
- Nível de maturidade do desenvolvimento dos projetos, refletindo o estágio regulatório, ambiental e de engenharia.

As premissas utilizadas refletem as melhores estimativas da Administração quanto às condições de mercado vigentes na data das demonstrações financeiras.

Resultado dos testes de impairment

Como resultado dos testes realizados, foi reconhecida no resultado do período a perda por impairment no montante total de R\$ 36.576, conforme demonstrado a seguir:

Projeto	Imobilizado	Valor recuperável	Impairment
Paraipaba	10.317	8.156	2.161
Urca	37.971	17.287	20.684
Bom Jesus	33.593	16.857	16.737
Subtotal	81.881	42.300	39.582
Baixa do IR e CS diferidos			(3.006)
Perda por Impairment de Ativos			36.576

Análise de sensibilidade

A Administração realizou análises de sensibilidade em relação às principais premissas utilizadas na mensuração do valor recuperável. As variações consideradas razoavelmente possíveis, avaliadas de forma isolada, não indicaram a necessidade de reconhecimento adicional de perdas por impairment.

Reversão de impairment

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, não foram identificados indícios de reversão de perdas por impairment reconhecidas em períodos anteriores.



Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
em 31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

26. Gerais e administrativas

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Pessoal e encargos sociais	-	-	(65.292)	(60.958)
Consultorias e Assessorias	(62)	(23)	(22.046)	(24.366)
Serviços gerais	(3)	(1)	(3.968)	(3.906)
Ocupações e bens	-	-	(1.857)	(2.364)
Manutenções e reparos	-	-	-	(7)
Depreciação e amortização	-	-	(1.886)	(2.868)
Impostos e taxas	-	-	(2.452)	(1.909)
Seguros	-	-	(5.326)	(3.632)
Viagens	-	-	(3.139)	(3.233)
Publicidade	-	-	(785)	(390)
Total	(65)	(24)	(106.751)	(103.633)

27. Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Receitas sobre aplicação financeira	38	3.096	46.323	34.501
Outras	593	1	1.873	181
Receitas financeiras	631	3.097	48.196	34.682
Juros sobre financiamentos	-	-	(77.384)	(69.837)
Juros sobre debêntures	-	-	(18.869)	(19.186)
Amortização dos custos de transação (a)	-	-	(19.788)	(5.748)
Fianças bancárias (b)	-	-	(958)	(3.628)
Juros sobre desmobilização	-	-	(6.302)	(2.614)
Juros sobre arrendamentos	-	-	(3.674)	(3.233)
Tarifas sobre financiamentos (d)	-	-	(14.555)	-
IOF (c)	-	-	(3.832)	(607)
Outras despesas financeiras	(3.927)	(681)	(8.138)	(7.820)
Despesas financeiras	(3.927)	(681)	(153.500)	(112.673)
Resultado financeiro	(3.296)	2.416	(105.304)	(77.991)

- (a) Em função da liquidação do antecipada do financiamento junto ao BNDES, ocorreu da baixa integral dos custos de transação.
 (b) Também em função da desistência do contrato de financiamento, as companhias efetuaram pagamentos de tarifas de cancelamento, as quais foram reconhecidas na linha de fianças bancárias.
 (c) Decorre, principalmente, da incidência do imposto sobre operações de câmbio relacionadas ao recebimento de aporte de capital realizado pelo Acionista.
 (d) Refere-se ao prêmio no montante de R\$ 14.555, pago ao BNDES em razão da liquidação antecipada do referido financiamento.



Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
em 31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

28. Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

A abertura da despesa de imposto de renda e contribuição social debitadas no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024 é demonstrada como segue:

	Consolidado			
	IRPJ		CSLL	
	2025	2024	2025	2024
Total Imposto de renda e contribuição correntes	(13.875)	(9.793)	(6.078)	(4.480)
Total Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos	(13.875)	(9.793)	(6.078)	(4.480)

Impostos de renda de contribuição social apurados de controladas com base no regime presumido

	Consolidado			
	IRPJ		CSLL	
	2025	2024	2025	2024
Receita operacional	265.466	243.561	265.466	243.561
Alíquota aplicada sobre a receita	8%	8%	12%	12%
Base de cálculo	21.237	19.485	31.856	29.227
Receitas financeiras	32.113	16.250	32.113	16.250
Alíquotas utilizadas para o cálculo	10% e 15%	10% e 15%	9%	9%
Total imposto de renda e contribuição social correntes	(13.055)	(8.742)	(5.757)	(4.093)



Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Impostos de renda de contribuição social apurados de controladas com base no regime lucro real

	Consolidado			
	IRPJ		CSLL	
	2025	2024	2025	2024
Imposto de renda e contribuição corrente	(820)	(1.051)	(321)	(387)
Imposto de renda e contribuição social diferido passivo				
Total	(820)	(1.051)	(321)	(387)



Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
em 31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

29. Instrumentos financeiros, gestão de riscos e valores justos

29.1. Instrumentos financeiros

A Companhia opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para caixa e equivalentes de caixa, incluindo aplicações financeiras, fornecedores, financiamentos e debêntures.

Ativos e passivos financeiros

Os principais instrumentos financeiros ativos e passivos de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia, em 31 de dezembro de 2025, estão descritos a seguir:

Ativos Financeiros	Nota	Mensuração	Controladora		Consolidado	
			31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Caixa e bancos		Custo amortizado	448	12	731	663
Aplicações financeiras		Valor justo	-	195	224.911	286.659
Caixa e equivalentes de caixa	5		448	207	225.642	287.322
Bancos		Custo amortizado		-	24.772	24.271
Aplicações financeiras		Valor justo	-	-	49.233	46.799
Depósitos vinculados	9		-	-	74.005	71.070
Contas a receber	6	Custo amortizado		-	33.215	24.587
Total dos ativos financeiros			448	207	33.215	382.979

Passivos Financeiros	Nota	Mensuração	Controladora		Consolidado	
			31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Fornecedores e outras obrigações	13	Custo amortizado	15	-	23.649	34.424
Empréstimos e financiamentos	14	Custo amortizado	-	-	-	740.361
Debêntures	15	Custo amortizado	-	-	151.865	149.101
Passivos de arrendamento	16	Custo amortizado	-	-	47.968	44.569
Total dos passivos financeiros			15	-	223.482	968.455

Considerando o prazo e as características desses instrumentos, que são sistematicamente renegociados, os valores contábeis aproximam-se dos valores justos.

29.2. Gestão dos riscos

A Companhia possui em sua estrutura uma área responsável pelo monitoramento de processos de controles, visando assegurar que as normas e procedimentos internos possuam um nível mínimo adequado de segurança aos registros efetuados.

A gestão de riscos é realizada pela área de riscos e pela tesouraria central da Companhia, segundo as políticas aprovadas pela administração. A tesouraria da Companhia identifica, avalia e protege a Companhia contra eventuais riscos financeiros em cooperação com as unidades operacionais da Companhia.

**Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A administração estabelece princípios, para a gestão de risco global, bem como para áreas específicas, como risco cambial, risco de taxa de juros, risco de crédito e não derivativos e investimentos de excedentes de caixa.

29.3. Riscos resultantes dos instrumentos financeiros

Os principais riscos que a Companhia possui exposição são os seguintes:

29.3.1. Risco de mercado**i) Risco de taxa de juros**

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia e suas controladas mantinham Debênture atrelados ao IPCA. O IPCA oficial, em 31 de dezembro de 2025, foi de 4,26% ao ano e no final do exercício de 2024 foi de 4,83% ao ano, conforme estabelecido pelo IBGE.

ii) Risco de inflação

O Grupo está sujeito ao risco de inflação devido ao fato de grande parte de suas receitas operacionais e parte de seus financiamentos estarem atreladas ao Índice de Preços ao Consumidor Amplo ("IPCA"). Em 31 de dezembro de 2025, o Grupo possuía 100% de suas receitas contratuais atreladas à IPCA. As taxas de inflação, no Brasil, nos exercícios de 2025 e 2024, foram de 4,05% e 4,62% ao ano, respectivamente, conforme estabelecido pela IBGE. Caso haja diminuição da inflação, as receitas diminuirão o que poderá afetar negativamente os seus negócios e seus resultados. Como parte dos financiamentos são atrelados ao IPCA, parte da dívida é capaz de criar um hedge natural por conta da diminuição de receitas em relação ao IPCA.

iii) Risco de Preço de Liquidação das Diferenças (PLD)

O PLD é calculado pela CCEE diariamente para cada hora do dia seguinte, considerando a aplicação dos limites máximos (horário e estrutural) e mínimo vigentes para cada exercício de apuração e para cada submercado.

O Grupo está sujeito ao risco do PLD:

- Os contratos de compra e venda de energia celebrados pelo Grupo no ambiente regulado preveem mecanismos onde geração de energia é apurada anualmente e em ciclos de quatro anos. Quando o leilão for de energia nova e a geração acumulada em determinado ano estiver acima da banda superior estabelecida, liquida-se o excedente a esta banda com base no PLD. Analogamente, quando o leilão for de energia nova e a geração acumulada em determinado ano estiver abaixo da banda inferior, liquida-se o montante inferior a essa banda ao máximo entre o valor de contrato e o PLD médio do exercício.
- Em função do balanço energético liquidado na CCEE, e caso tenham diferenças entre os saldos dos contratos de compra e vendas de energia no Ambiente de Contratação Livre ("ACL"), tais diferenças, liquidam-se com base no PLD.



Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
em 31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

29.3.2. Risco de crédito

A Companhia está exposta à possibilidade de não receber os valores que lhe são devidos, seja dos seus clientes ou aqueles relacionados às aplicações financeiras.

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros, sendo que administração de referidos instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando à liquidez, rentabilidade e segurança. Os resultados obtidos com estas operações estão de acordo com as práticas adotadas pela administração da Companhia.

A Companhia não efetua aplicações em caráter especulativo. A Companhia gerencia seus riscos de forma contínua, avaliando se as práticas adotadas na condução das suas atividades estão em linha com as políticas adotadas pela sua administração. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas vis-à-vis condições vigentes no mercado.

Em dezembro de 2025 e dezembro de 2024, a Companhia não efetuou aplicações de caráter especulativo ou quaisquer outros ativos de risco.

29.3.3. Risco de liquidez

A Companhia está exposta à capacidade de liquidar as obrigações assumidas. Para determinar a capacidade de pagamento, a previsão de fluxo de caixa é realizada pela Companhia e monitorada continuamente, a fim de garantir e assegurar um caixa suficiente para atender aos compromissos da Companhia, assim como divulgado na nota explicativa nº 1.3 - Continuidade operacional.

A tabela a seguir analisa os passivos financeiros da Companhia. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontado.

	Controladora			
	Menos de 1 ano	Entre 1 e 3 anos	Entre 3 e 5 anos	Acima de 5 anos
31 de dezembro de 2025				
Fornecedores e outras obrigações	15	-	-	-
31 de dezembro de 2024				
Fornecedores e outras obrigações	-	-	-	-
	15	-	-	-



Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
em 31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Consolidado			
	Menos de 1 ano	Entre 1 e 3 anos	Entre 3 e 5 anos	Acima de 5 anos
31 de dezembro de 2025				
Fornecedores e outras obrigações	23.649	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	-	-	-	-
Debêntures	16.011	37.207	54.850	194.687
Passivo de arrendamento	4.915	10.100	10.880	58.313
	153.191	264.665	283.087	841.669
31 de dezembro de 2024				
Fornecedores e outras obrigações	34.424	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	108.616	217.358	217.357	588.669
Debêntures	16.011	37.207	54.850	194.687
Passivo de arrendamento	4.915	10.100	10.880	58.313
	163.966	264.665	283.087	841.669

29.4 Gestão de capital

29.4.1. Gestão do risco de capital

A política da Companhia ao administrar seu capital é a de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia no longo prazo para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. O índice de alavancagem financeira corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida corresponde ao total dos financiamentos e arrendamentos deduzidos do montante de caixa e equivalentes de caixa e depósitos vinculados registrados no balanço. O capital total é apurado somando-se o total do patrimônio líquido com a dívida líquida.

A Diretoria Corporativa da Companhia revisa trimestralmente sua estrutura de capital. Como parte dessa revisão, considera o custo de capital e os riscos associados a cada classe de capital.

Índice de alavancagem financeira

Índice de endividamento	Nota	Consolidado	
		31/12/2025	31/12/2024
Total dos empréstimos e financiamentos	14	-	740.361
Total das debêntures	15	151.865	149.101
Total dos passivos de arrendamento	16	52.946	44.569
(-) Depósitos vinculados	9	(74.005)	(71.070)
(-) Caixa e equivalentes de caixa	5	(225.642)	(287.322)
(=) Dívida líquida		(94.836)	575.639
Total do patrimônio líquido	24	1.546.518	643.775
(=) Total do capital		1.451.682	1.219.414
Índice de alavancagem financeira		(7)%	47%



Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
em 31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

29.4.2 Objetivos com os riscos financeiros

Os valores estimados de realização de ativos e passivos financeiros da Companhia foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e de metodologias apropriadas de avaliação. Entretanto, considerando o julgamento da administração, foi requerida a interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequada.

Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderiam ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de metodologias de mercado pode produzir efeitos diferentes nos valores de realização estimados.

As condições financeiras e os resultados das futuras operações podem ser afetados de forma adversa por qualquer um dos fatores de risco descritos a seguir.

Análise de sensibilidade

Em decorrência do histórico de volatilidade das taxas de juros e dos índices de preços, a Companhia preparou uma análise de sensibilidade sobre seus ativos e passivos financeiros, demonstrando os eventuais impactos sobre o seu resultado em 31 de dezembro de 2025, com base em premissas consideradas prováveis. As variações consideradas para o cálculo do impacto em 31 de dezembro de 2024 foram das seguintes taxas: CDI e IPCA.

(i) Variação na taxa do CDI

Aplicações financeiras

Consolidado					
Operação	Exposição Saldo em 31/12/2025	Risco	Impacto (Cenário provável)	Impacto Cenário A	Impacto Cenário B
Ativos financeiros (*)	274.144	Queda da taxa CDI	(7.539)	(15.928)	(24.317)
Referência para ativos financeiros		Taxa de 31/12/2025	Taxa de 14/01/2026	25%	50%
CDI (%)		15,00%	12,25%	9,19%	6,53%

(*)Aplicações financeiras - caixa e equivalentes de caixa e depósitos vinculados.

Demonstra o saldo das aplicações financeiras em 31 de dezembro de 2025, considerando o acompanhamento da taxa Selic, com estimativa de 15,00%. Para o ano de 2026 consideramos uma expectativa de 12,25%, de acordo com a expectativa do mercado de 14 de janeiro de 2026.

Em relação as aplicações financeiras, os cenários A e B consideram uma queda na taxa CDI de 25% e 50%, respectivamente.



Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
em 31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(ii) Variação na taxa do IPCA

Debêntures

Operação	Consolidado				
	Exposição Saldo em 31/12/2025	Risco	Impacto (Cenário provável)	Impacto Cenário A	Impacto Cenário B
Debêntures (*)	151.865	Aumento IPCA	(319)	-	-
Referência para Debêntures a pagar		Taxa de 31/12/2025	Taxa de 14/01/2026	25%	50%
IPCA (%)		4,26%	4,05%	5,06%	0,00%

(*) Valor bruto de custos de transação.

Demonstra o saldo de debêntures a pagar em 31 de dezembro de 2025, considerando o acompanhamento do IPCA, com estimativa média de 4,26% ao ano. Para o ano de 2026 consideramos uma expectativa de 4,05% ao ano, de acordo com a expectativa do mercado de 14 de janeiro de 2026.

Em relação as debêntures, os cenários A e B consideram um aumento na do IPCA de 25% e 50%, respectivamente.

29.5 Hierarquia do valor justo

A Companhia aplica o CPC 40 (R1) para instrumentos financeiros mensurados no Balanço Patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação das mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia de mensuração pelo valor justo. Os valores justos de caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, clientes, financiamentos, fornecedores e derivativos NDF (*Non Deliverable Forward*) são equivalentes aos seus valores contábeis. Outros ativos e passivos de longo prazo também possuem valores equivalentes aos seus valores contábeis.

Apresenta-se abaixo a hierarquia dos valores justos dos ativos da Companhia, em 31 de dezembro de 2025.

- **Nível 1** - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- **Nível 2** - Informações, além dos preços cotados, incluídas no nível 1 que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, como derivados dos preços).
- **Nível 3** - Inserções para os ativos ou passivos que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado (ou seja, inserções não observáveis).

Saldos em 31/12/2025	Consolidado				
	Nota	Valor Justo	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos					
Aplicações financeiras de liquidez imediata	5	224.911	-	224.911	-
		224.911	-	224.911	-



Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
em 31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Consolidado					
Saldos em 31/12/2024	Nota	Valor Justo	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos					
Aplicações financeiras de liquidez imediata	5	286.659	-	286.659	-
		286.659	-	286.659	-

30. Provisão e Contingências

A Companhia constitui provisões para os processos judiciais, administrativos e arbitrais, em montante suficiente para cobrir as perdas consideradas prováveis e para as quais uma estimativa confiável possa ser realizada.

Em dezembro de 2025 e dezembro de 2024 não há ações de naturezas tributária, cível, ambiental e trabalhista, envolvendo riscos de perda consideradas prováveis pela administração, com base na avaliação de seus assessores legais.

Em 31 de dezembro de 2025, os passivos contingentes, cuja probabilidade de perda é considerada possível, são apresentados abaixo:

	31/12/2025	31/12/2024
Tributárias (a)	23.000	37.935
Cíveis (b)	34	13.305
Trabalhistas	396	386
Regulatório (c)	3.008	3.008
	26.438	54.634

- (a) A Companhia discute exigência de ISSQN por suposto recolhimento a menor, baseada indevidamente em lançamentos contábeis, bem como, por meio de Mandado de Segurança, a exclusão do PIS e da COFINS de suas próprias bases de cálculo.
- (b) Processo movido pelo Espólio de José Justino, com perda possível, referente a reintegração de posse no Projeto Caetité cumulada com cobrança de aluguéis pelo uso indevido da propriedade “Sítio dos Fetos”, indenização por danos morais e perdas e danos com valor estimado total da perda em 31 de dezembro de 2022 de R\$ 12.578.
- (c) Autos de infração emitidos pela ANEEL, referentes a não conformidades resultantes do desempenho das eólicas da Serra da Babilônia no dia do apagão ocorrido em agosto de 2023, que afetou grande parte do sistema elétrico nacional. A administração da Companhia entende como improcedente as não conformidades e entrou com recursos administrativo junto a ANEEL para arquivamento destes autos.

31. Seguros

A Companhia possui um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitá-los, contratando no mercado coberturas compatíveis com o seu porte e operação.

As coberturas foram contratadas por montantes considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros.



Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
em 31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

As apólices estão em vigor e os prêmios foram devidamente pagos.

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia apresentava as seguintes principais apólices de seguro contratadas com terceiros:

Bens segurados	Riscos cobertos	Início Vigência	Término Vigência	Limite máximo de Garantia (LMG)	Prêmio
Empresa - Escritório do Grupo Rio Energy no bairro Jardim Botânico / RJ	Incêndio, explosão, danos elétricos, roubo de bens e outros riscos	16/06/2025	15/06/2026	4.320	3
Drone	Aeronáuticos	25/08/2025	25/08/2026	779	6
Drone	Aeronáuticos	14/07/2025	14/07/2026	779	6
Responsabilidade civil de Diretores e Administradores – Grupo Rio Energy	Responsabilidade civil D&O	02/09/2025	02/03/2027	40.000	42
Empresa - Alojamentos / BA	Incêndio, explosão, danos elétricos, roubo de bens e outros riscos	15/03/2025	15/03/2026	4.500	5
Risco de Engenharia Construção UFV São Conrado SDB	Risco de engenharia	03/12/2025	03/12/2027	459.280	53
Complexo solar em construção	Responsabilidade civil obras	03/12/2025	02/03/2027	600.000	664
Eólicas	Riscos nomeados e operacionais	02/09/2025	02/03/2027	600.000	617
Seguros garantia	Risco financeiro e performance	30/04/2024	30/04/2026	3.271	140

32. Compromissos

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia possui estes contratos de longo prazo considerados relevantes:

Compromissos		2026	2027 em diante
Contratos de operação e manutenção	(a)	38.209	29.703
Encargos de uso do sistema de transmissão	(b)	13.750	326.605
Total		51.959	356.308

- a) Contrato de operação e manutenção do aerogerador – O Grupo mantém contratos de operação e manutenção com terceiros.
b) Contratos de Uso do Sistema de Transmissão (CUST) - Para o uso do sistema de transmissão e da rede básica, a Companhia mantém contratos com o ONS. Os contratos têm vigência até o término das outorgas dos parques.

33. Segmento de negócios

Segmentos operacionais são definidos como atividades de negócio dos quais podem ser obtidas receitas e incorrer em despesas, cujos resultados operacionais são regularmente revisados pelo principal tomador de decisões, qual seja a Diretoria Executiva da Companhia, para alocação de recursos aos segmentos, para a avaliação do seu desempenho e, inclusive, na tomada de decisões estratégicas.



Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Todas as decisões tomadas pela Diretoria Executiva são baseadas em relatórios consolidados, os serviços são prestados utilizando-se uma rede integrada de geração de energia, e as operações são gerenciadas em bases consolidadas. Conseqüentemente, a Companhia concluiu que possui apenas o segmento de geração de energia elétrica como passível para reporte.

34. Eventos subsequentes

34.1 – Resgate antecipado debêntures

No 4º trimestre de 2025, a Copacabana Geração manifestou a intenção de realizar o resgate antecipado das debêntures. Em 22 de janeiro de 2026, obteve a anuência dos debenturistas para o Resgate Antecipado Facultativo Total da 2ª emissão de Debêntures Simples da Copacabana Geração de Energia e Participações, com a liquidação financeira realizada em 30 de janeiro de 2026.

A operação envolveu a quitação integral do saldo devedor, mediante o pagamento do Valor Nominal Atualizado, acrescido dos juros remuneratórios devidos até a data do resgate e da compensação financeira (prêmio) devida aos debenturistas.

34.2 – Aquisição do ativo Esquina do Vento:

Em 23 de março de 2026, a controlada Rio energy Participações S.A. adquiriu o complexo eólico Esquina do Vento, localizado no Rio Grande do Norte com capacidade de 230 MW e início de operação prevista para o exercício de 2028.
